

03 EDITORIAL

04 AGENDA NOTICIOSA

Aniversários:

- 04 Unidade de Segurança e Honras de Estado
- 05 Comando Territorial de Setúbal
- 08 104.º Aniversário da Guarda Nacional Republicana
- 20 Unidade de Intervenção
- 22 Comando Territorial de Coimbra
- 24 Comando Territorial da Madeira
- 25 Comando Territorial de Viseu
- 28 Unidade Nacional de Trânsito
- 30 Entrega de Bens a Instituições de Solidariedade Social - Portalegre
- 31 Comandante-Geral da Guarda - Condecorado com a *Gran Cruz de la Orden del Mérito de la Guardia Civil*
- 33 Programas Especiais - Promove atividade inesquecível - Guimarães
- 35 Escuteiros no *Road Park* - Évora
- 36 Dia Mundial da Criança - Viseu
- 37 Combate à Criminalidade Transfronteiriça - Viana do Castelo
- 10.º Curso de Instrutor de Intervenção Policial
- 38 Segurex 2015
Workshop de Intervenção Operativa - Força de Gendarmaria Europeia (EGF)
- 39 Delegação da Escola de Oficiais da *Gendarmerie Nationale* visita a Guarda
- 40 PANGEA VIII - Operação Internacional de combate a medicamentos ilícitos
Salvamento de mulher na praia de Quarteira

41 TEMA DE CAPA

- 41 Sistema Integrado de Vigilância, Comando e Controlo - SIVICC
- 43 Génese da responsabilidade da Guarda na vigilância de fronteira
- 50 O que é o SIVICC? - Caracterização do Sistema
- 55 Utilidade Operacional
- 58 Eurosur
- 66 A vigilância por satélite na Guarda
- 69 A Guarda na vigilância das fronteiras da União Europeia
- 72 *Network Centric Operations*
- 75 Vigilância aérea por meios tripulados e não tripulados



Posto de Observação Fixo de Paimogo

Ficha Técnica

Comando-Geral da GNR, Largo do Carmo - 1200-092 Lisboa; Tel.: 213217354/294 — Fax 213217159;

E-mail geral: revista@gnr.pt;

Diretor: Bartolomeu Nuno de Guanilho da Costa Cabral, Coronel de Cavalaria (Res) **I Chefe da Divisão Revista:** Carlos Manuel Pona Pinto Carreira, Coronel de Administração Militar **I E-mail:** revista.direccao@gnr.pt **I Redação:** Fernando Custódio Borges, Cabo-Chefe de Cavalaria; Cláudio Alexandre, Guarda Principal de Infantaria **I Serviços Administrativos:** Carla Almeida, Cabo de Infantaria; José Rasteiro, Guarda Principal de Infantaria **I Revisão Ortográfica:** Vasco Zacarias, Cabo de Infantaria **I Fotografia:** Arquivo da Revista, Autores e Secção de Audiovisuais da GNR **I Execução Gráfica:** Gráfica/GNR. **I Tiragem:** 2.600 Exemplares. Depósito Legal N.º 26875/89. ISSN: 1645-9253. Preço Capa: €1,20; **Assinatura Anual:** €6,00; Ano XXVII - N.º 106 — abril - junho de 2015. Publicação Trimestral.

Os artigos assinados manifestam a opinião dos seus autores e não, necessariamente, um ponto de vista oficial. No ano de 2012 entraram em vigor as normas constantes do Acordo Ortográfico. A Revista da Guarda, atendendo aos muitos artigos em carteira e às opções dos seus autores vai progressivamente implementando as novas normas, coexistindo as duas formas de escrita. Apelamos, por isso, à compreensão dos nossos leitores.





Neste número da Revista, para além do habitual conjunto de interessantes *flashes* noticiosos reveladores da multiplicidade de eventos em que a Guarda participou, teve a honra de organizar e, nos quais, interagiu com diversos grupos sociais, dois assuntos merecem destaque: em primeiro lugar, o seu 104.^o Aniversário - acontecimento sempre marcante para a Instituição e para os que nela servindo, servem Portugal e os Portugueses; e, em segundo, o Sistema Integrado de Vigilância, Comando e Controlo (SIVICC) - que se destaca pelo seu carácter inovador e mais-valia técnica, constituindo, ambos, matérias sobejamente estimulantes para constarem numa publicação com as características e objectivos da Revista da Guarda Nacional Republicana.

No passado dia 3 de Maio, inserida no conjunto de eventos comemorativos do Aniversário da Guarda, realizou-se a cerimónia militar principal na Praça do Império, em Lisboa. Durante este acto singelo, mas de significado profundo, foram

impostas condecorações aos militares que se destacaram no desempenho das suas funções e recordados os militares mortos em serviço. Relembrou-se a história da Guarda, passou-se em revista a actividade dos seus militares e civis no último ano e perspectivou-se o futuro. Neste sentido, no âmbito da Estratégia da Guarda 2020, foram definidas pelo General Comandante-Geral as quatro linhas de orientação estratégica que, aqui, realçamos: **Reforçar a confiança dos cidadãos na Instituição; Optimizar para criar valor, modernizar, inovar e simplificar, garantindo a celeridade e eficiência dos processos; Incrementar a cooperação e articulação com outros organismos; e Melhorar a qualidade do serviço prestado.**

O Sistema Integrado de Vigilância e Controlo Costeiro (SIVICC) - assunto que é tema de capa - assume-se como uma nova etapa do sistema nacional de vigilância costeira e marítima, articulado com a gestão integrada da vigilância marítima e de fronteira da União Europeia e dos países signatários do acordo Schengen. Concebido para detectar, vigiar e seguir embarcações suspeitas no mar territorial, apoiar a actividade operacional e manter um fluxo permanente de informações sobre o tráfego marítimo e actividades ilícitas ao longo da costa, o SIVICC veio reforçar, de forma incisiva, a capacidade da Guarda no combate à imigração ilegal, ao tráfico de droga, às fraudes fiscais e aduaneiras, ao terrorismo, ao contrabando e ao tráfico de armamento, podendo, também, contribuir para a protecção ambiental e, ainda, dar o seu contributo em apoio de acções de busca e salvamento.

Com esta plataforma tecnológica de comando e controlo, composta por um conjunto de postos de observação, fixos e móveis, instalados ao longo da linha de costa, substituindo o anterior sistema *Long Arm Operational System* (LAOS), a Guarda dá um salto qualitativo para o cumprimento da responsabilidade na vigilância da fronteira e do mar territorial, conforme lhe está cometido por Lei, em harmonia com o plano de vigilância da fronteira externa da União Europeia- EUROSUR.

Lisboa, Carmo, 25 de Março de 2015

O Director da Revista

Bartolomeu Nuno de Guanilho da Costa Cabral

Coronel de Cavalaria (res)

Aniversários

Unidade de Segurança e Honras de Estado



A Unidade de Segurança e Honras de Estado (USHE) é a herdeira do Regimento de Cavalaria da Guarda, que existiu durante 86 anos (de 1922 a 2008), do qual mantém o Estandarte Nacional, a simbologia e o dia festivo, dia 05 de abril, data da formação do Regimento de Cavalaria.

Pelo facto do dia 05 de abril coincidir com um domingo, a cerimónia militar e as atividades comemorativas do Dia da Unidade realizaram-se no dia 07 de abril de 2015, pelas 15H00, na parada do 4.º Esquadrão do Grupo de Honras de Estado, na Ajuda – Lisboa.

Na cerimónia militar, que foi presidida por S.Ex.^a o Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna, Dr. Fernando Alexandre, esteve, em formatura geral, uma Força da Unidade comandada pelo Comandante do Grupo de Honras de Estado, Tenente-Coronel de Cavalaria Duarte Reis Marques Jacinto.

O Exmo. Comandante, Major-General João Paulo Silva Esteves Pereira, procedeu a uma breve alocução referindo que, presentemente, a Unidade de

Segurança e Honras de Estado está dispersa por seis aquartelamentos localizados na cidade de Lisboa, conta com um efetivo de 1050 militares, 280 cavalos e 330 meios de transporte operacional e de apoio logístico, onde se incluem viaturas de transporte de solípedes, veículos ligeiros, motociclos e bicicletas. A Unidade é composta pelo Comando e Estado-Maior, pelo Esquadrão de Comando e Serviços, pelo Grupo de Honras de Estado, constituído por dois esquadrões a cavalo e um motorizado, pelo Grupo de Segurança, com duas companhias de infantaria, pelo Esquadrão Presidencial, pela Banda de Música e Fanfarra, pela Charanga a Cavalo, pelo Centro de Ensino e Desbaste de Solípedes e pelo Centro de Formação Equestre. A cerimónia militar decorreu nos moldes habituais e regulamentares, destacando-se a imposição de condecorações e homenagem aos militares já falecidos.

Terminada a cerimónia militar com o habitual desfile das forças em parada, seguiu-se uma demonstração de Ordem Pública e da Charanga a Cavalo, esta última no Picadeiro Tenente-Coronel Martins Abrantes.

Comando Territorial de Setúbal



No passado dia 2 de maio comemorou-se o 6.^º Aniversário da Unidade e o 103.^º da presença da Guarda Nacional Republicana, na cidade de Setúbal. O Comando Territorial de Setúbal tem assinalado esta efeméride com o intuito de reconhecer a importância da acumulação do conhecimento e do trabalho alcançado ao longo dos anos, sendo sempre um momento apropriado para olhar para o passado, agradecer o que dele se foi recebendo e perspetivar o futuro. Em todas as comemorações realizadas procurou-se sempre fomentar a interiorização dos mais nobres valores morais

comportamentais e cívicos, o fortalecimento do espírito de corpo e a coesão da Unidade, entre todos os que se empenham diariamente ao seu serviço e, através dele, ao serviço das gentes deste Distrito. Foi a 2 de maio de 1912 que, por decreto, a República determinou a criação de uma companhia da Guarda Nacional Republicana na cidade de Setúbal. Tal decisão foi o marco inicial da presença da Guarda na região. Por tal facto, foi esta data definida, após a reestruturação da Guarda em 2009, para comemorar o Dia do Comando Territorial de Setúbal.



Prova de Corta-Mato, aberta a todos os militares e civis da Unidade - 24 de abril



104 ANIVERSÁRIO GUARDA NACIONAL



Orientação Estratégica

Reforçar a confiança dos cidadãos na instituição

Optimizar para criar valor

Modernizar, Inovar e Simplificar, garantindo a celeridade e eficiência dos processos

Incrementar a cooperação e articulação com outros organismos, procurando melhorar a qualidade do serviço prestado

104.º Aniversário da Guarda Nacional Republicana Cerimónia militar



Bloco de Estandartes Nacionais

A Guarda Nacional Republicana, por ocasião do seu 104.º aniversário, realizou no dia 3 de maio uma cerimónia militar na Praça do Império, em frente ao Mosteiro dos Jerónimos. A cerimónia, presidida por Sua Excelência o Primeiro Ministro, Dr. Pedro Passos Coelho, contou com uma representação de militares e de meios de todas as valências da GNR. Houve, igualmente, lugar à condecoração de militares que se destacaram no desempenho das suas funções, à homenagem aos mortos em serviço, terminando com o garboso desfile das forças em parada. O Exmo. General Comandante-Geral proferiu uma alocução que se transcreve:

Excelentíssimo Senhor Primeiro Ministro,

A Guarda Nacional Republicana sente-se honrada por V.ª Ex.ª se ter dignado presidir às cerimónias comemorativas do seu centésimo quarto aniversário. Em meu nome e de todos os militares e civis que servem nesta secular instituição, bem-haja pela sua presença, que interpretamos como o reconhecimento da relevância do serviço que a Guarda presta a Portugal e aos Portugueses, enquanto pilar fundamental para a segurança e tranquilidade públicas.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Supremo Tribunal de Justiça,

Excelentíssimo Senhor Presidente do Supremo

Tribunal Administrativo,

Excelentíssima Senhora Ministra da Administração Interna,

É para os militares da Guarda motivo de particular satisfação poder contar com a presença V.ª Ex.ª, convictos de que as preocupações e anseios da Guarda Nacional Republicana são, hoje como sempre, partilhados pela tutela, irmanados no desígnio de afirmar Portugal como um país seguro e próspero para todos os portugueses.

Excelentíssima Senhora Procuradora-Geral da República

Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e

Garantias,
Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da
Administração Interna,
Exmo. Senhor Secretário de Estado da Justiça,
Exma. Senhora Secretária-Geral do Sistema de
Segurança Interna,
Exma. Senhora Deputada Coordenadora do Grupo
de Trabalho de Segurança Rodoviária,
Exmo. Sr. General Chefe da Casa Militar do
Presidente da República,
Exmo. Senhor Diretor Nacional da Polícia de
Segurança Pública,
Exmos. Senhores Embaixadores da Roménia, do
Qatar, da Turquia e de Timor-Leste,
Senhores Generais e Almirante, representantes do
General Chefe do Estado-Maior General das Forças
Armadas e dos Chefes dos Estados-Maiores da
Armada, do Exército e da Força Aérea,
Senhores Generais, Antigos Comandantes-Gerais
da Guarda Nacional Republicana,
Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Belém

Senhores Diretores e Presidentes dos Organismos
Públicos presentes,
Autoridades Religiosas, Cívicas e Militares
Oficiais Gerais,
Oficiais, Sargentos, Guardas e Funcionários Cívicos da
Guarda Nacional Republicana,
Minhas Senhoras e Meus Senhores,

A todos expresso o meu reconhecimento por se
terem associado a nós na celebração de mais um
aniversário da Guarda Nacional Republicana,
momento próprio para exercitarmos a memória,
lembrando os fundamentos da nossa existência. A
cerimónia de hoje é ainda a ocasião para
evocarmos os valores que sustentam esta nobre
instituição, enaltecermos os feitos dos homens e
mulheres que a servem e olharmos o futuro, num
sinal de esperança que nos cabe renovar e trans-
mitir aos militares que no dia-a-dia dão o melhor de
si em prol da segurança dos seus concidadãos.
Celebramos hoje o centésimo quarto aniversário da



O Exmo Comandante-Geral proferindo o discurso do Dia da Guarda

PELA LEI E PELA GREI



O Exmo Major-General Esteves Pereira, Comandante das forças em parada

Guarda Nacional Republicana, aludindo à data de 3 de maio de 1911, quando as Guardas de Lisboa e do Porto viram a sua responsabilidade alargada a todo o território nacional. A GNR é pois a legítima herdeira dessas Guardas, bem como da força de segurança que esteve na sua génese – a Guarda Real. Delas recebeu muito do seu património identitário, em particular a sua natureza militar, a vocação de serviço à causa pública e a lealdade institucional, que lhe moldaram de forma indelével a sua matriz de força de segurança humana, próxima e de confiança.

Comemoramos hoje 104 anos de existência com a designação de Guarda Nacional Republicana, embora seja a 10 de dezembro de 1801 que reportamos a nossa origem, contando assim 213 anos ao serviço de Portugal e da segurança dos portugueses.

Ao exaltar o nosso passado cabe-nos sobretudo enaltecer aqueles que nos antecederam e que

fizeram da Guarda a instituição eficaz e prestigiada de hoje. Uma Força de Segurança em que os cidadãos se reveem, como atesta os inúmeros gestos de consideração que por todo o país os portugueses nos dedicam. Evoco aqui os anteriores Comandantes-gerais, meus antecessores, que pela sua visão, esclarecida liderança e superiores capacidades conduziram a Guarda Nacional Republicana aos patamares de excelência que hoje desfruta. Evoco igualmente os homens e mulheres que dedicaram as suas vidas ativas ao serviço da Guarda e que hoje continuam a rever-se nos valores desta singular instituição. É deles o legado que recebemos e que nos cabe continuar com idêntica devoção e reforçada energia, na defesa dos superiores interesses de Portugal.

Senhor Primeiro Ministro,

Ilustres convidados,

Minhas senhoras e meus senhores,

Se perspetivar o futuro é um exercício importante

para que não sejamos ultrapassados pelas dinâmicas de um mundo em acelerada mutação, importa compreender o presente, centrando a nossa ação naquilo que é verdadeiramente importante, honrando o compromisso que nos liga aos portugueses a quem nos cabe incondicionalmente servir, como produtores de segurança e facilitadores da convivência social.

Neste processo a Guarda não é um ator menor. Mercê dos seus mais de 23.000 homens e mulheres, de um dispositivo de mais de 600 quartéis e responsabilidade por 94% do Território Nacional, é justo que os portugueses esperem um esforço proporcional na salvaguarda da sua tranquilidade e segurança.

Ao assinalar mais um ano de incondicional entrega à causa pública e à segurança dos cidadãos, não será despendendo realizar um balanço da atividade realizada durante o último ano.

Num curto balanço do muito que a Guarda realizou

em 2014, relevo os cerca de 59 milhões de Km percorridos em um milhão de patrulhas realizadas a pé, em meios motorizados, ciclo ou a cavalo.

No âmbito dos Programas Especiais de Prevenção e Policiamento destaco, os Programas: Escola Segura, Idosos em Segurança, Comércio Seguro, Campo Seguro, entre outros, visando o reforço das relações de proximidade e de confiança, privilegiando a sensibilização, orientando e persuadindo para a adoção de medidas de proteção e reação das pessoas a situações em que sejam vítimas de crime. Saliento também a estreita colaboração da Guarda com diversas entidades de apoio social, no combate ao isolamento, à pobreza, à discriminação e à exclusão social, envolvendo a comunidade e a sociedade civil nas inúmeras parcerias de iniciativa local, num afirmar da nossa ação para os problemas que verdadeiramente preocupam as pessoas.

Em matéria de segurança e fiscalização rodoviária a Guarda executou mais de 17.000 ações, tendo



Sua Excelência o Primeiro Ministro, Dr. Pedro Passos Coelho presidindo à Cerimónia do Dia da Guarda

PELA LEI E PELA GREI



fiscalizado mais de um milhão e trezentos mil condutores. Aproximadamente manteve-se neste período a tendência da última década, registando-se uma diminuição do número de vítimas mortais e feridos em consequência de sinistros rodoviários.

No âmbito fiscal e aduaneiro, a Guarda, alinhada com a política fiscal e no reforço ao combate à fraude e evasão fiscal e aduaneira, realizou mais de 71.000 ações específicas, tendo detetado 241 crimes e apreendido mercadoria no valor aproximado de dez milhões de euros, nos quais se incluem mais de 1.200 viaturas.

No âmbito da sua missão geral, foram detidas 20.165 pessoas, das quais 3.400 resultaram de diligências de investigação criminal.

No âmbito do combate à criminalidade violenta e grave, o ano 2014 manteve a tendência de diminuição, em grande medida motivada pelo reforço da eficácia da prevenção e combate à criminalidade, concretizada em mais de 6.800 operações.

No domínio da Proteção da Natureza e do Ambiente, foram realizadas cerca de 163.000 fiscalizações, num total de cerca de 70.000 patrulhamentos.

No que respeita à defesa da floresta contra incêndios, o Grupo de Intervenção Proteção e Socorro (GIPS) registou um empenhamento que resultou em 1.427 saídas por meios aéreos, com uma eficácia que ronda os 97% na 1.ª intervenção. Complementarmente foram elaborados perto de 3000 autos por ilícitos criminais e 2.500 contra-ordenacionais e, efetivadas 39 detenções.

No tocante aos Sistemas de Informação e Comunicações, em 2014 concluiu-se o processo de aquisição de equipamentos no âmbito do Sistema de Apoio à Modernização Administrativa (SAMA), permitindo a ligação dos 206 postos da Guarda em falta, culminando assim no acesso à Rede Nacional de Segurança Interna (RNSI) por parte de todo o dispositivo.

Relativamente ao Sistema Integrado de Vigilância, Comando e Controlo (SIVICC) completou-se em

2014 o primeiro ano de operação efetiva, permitindo um permanente escrutínio da orla costeira e mar territorial, por via da ação conjugada com equipas operacionais em terra e no mar, num esforço que determinou resultados operacionais muito significativos, realçando-se a monitorização de mais de 108.000 embarcações.

No que concerne à formação, em 2014 receberam formação mais de 18.700 militares no âmbito dos Planos “Anual de Formação” e “de Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Atualização”, com a realização de mais de 3.400 Ações de Formação.

No tocante ao investimento, ao nível do parque automóvel e das infraestruturas, apraz referir termos sido dotados de 272 novas viaturas, reabilitados 7 quartéis e construídas 2 novas instalações, aumentando desta forma quer a nossa resposta operacional, quer as condições de trabalho colocadas à disposição dos militares, com reflexo positivo no serviço prestado.

Em síntese, podemos afirmar que no ano transato a Guarda desenvolveu a sua atividade operacional com elevados índices de desempenho, não só resultantes da sua missão primária, como na repressão e prevenção da criminalidade, mas também, de forma muito relevante em missões e serviços de interesse público de grande relevância social. Não obstante o quadro de contingência orçamental a que o nosso país foi sujeito num passado recente, os homens e mulheres da Guarda souberam colocar o melhor da sua energia na procura de respostas equilibradas e adequadas aos problemas que verdadeiramente fazem perigar o sentimento de segurança dos cidadãos.

Senhor Primeiro Ministro,

Ilustres convidados,

Minhas senhoras e meus senhores,

Vivemos um ambiente de segurança com características singulares, onde as ameaças globalizadas e transversais, os ilícitos e a criminalidade se esbatem num terreno de limites



PELA LEI E PELA GREI



Sua Excelência o Primeiro Ministro impondo a Medalha de Serviços Distintos de Segurança Pública, grau ouro ao Exmo. Major-General Agostinho Costa, 2.º Comandante-Geral



A Exma. Ministra da Administração Interna e o Exmo. Secretário de Estado da Segurança Pública ao Coronel Jorge



O Exmo Comandante-Geral impondo a Medalha Nuno Álvares Pereira - Mérito da Guarda ao Dr. Alberto Tavares da Costa



Condecorados com a Ordem Militar de Avis os militares: Coronel de Cavalaria Jorge Farinha (comendador); Capitão TPS Jorge Farinha, (cavaleiro);



O Excmo. Ministro de Estado da Administração Interna impondo a Medalha de Serviços Distintos de João Pereira e ao Sargento-Chefe Fernando Jesus



O Excmo. Comandante-Geral impondo a Medalha Nuno Álvares Pereira - Mérito da Guarda ao Exmo General António Gutierrez, da *Guardia Civil*



O Excmo. Comandante-Geral impondo a Medalha de Serviços Distintos de Segurança Pública ao Guarda-Principal Ricardo Claro



A Exma. Ministra da Administração Interna impondo a Medalha de Serviços Distintos de Segurança Pública ao Guarda-Principal Ricardo Claro



Comandantes de Posto Territorial recebem o Prémio General Farinha Beirão:
Sargento-Chefe Vítor Esteves (PT Barcelos); Sargento-Ajudante Carlos Codinha (PT Cadaval); Cabo-Chefe Artur Ferro (PT Canha)

difusos com uma conflitualidade de inspiração étnica, religiosa ou política. Os acontecimentos a que temos vindo a assistir no Leste da Europa, no Médio Oriente e no Norte de África falam por si. A complexidade de que se revestem faz apelo a um conceito de ação e atuação mais alargado e não se compadece com visões exclusivistas ou redutoras. Progressivamente temos vindo a assistir a situações que estão cada vez mais próximas da desordem pública do que de conflito armado, requerendo forças policiais robustas e aptas a operar nestas situações.

Pelas suas características e capacidades, a Guarda tem sabido adaptar-se às necessidades do atual ambiente de segurança, preparando-se para os desafios futuros e potenciando o seu vasto espetro de atuação, nos mais distintos cenários.

Nestes termos, a afirmação da Guarda no domínio da cooperação internacional no âmbito da União Europeia, consubstanciada na participação em diversos fóruns – de entre os quais se destacam a EUROPOL, FRONTEX, OLAF e o CEPOL – e num nível mais alargado na INTERPOL, tem permitido potenciar a ligação e a partilha de informação e boas práticas, a par de um conhecimento alargado sobre a mobilidade e organização dos grupos criminais de âmbito transnacional.

Acresce ainda o relevante contributo dado na vigilância e proteção da fronteira externa da União Europeia, quer através do controlo da nossa costa e do nosso mar territorial, quer de equipas destacadas no quadro da FRONTEX e, ainda, das atividades desenvolvidas no âmbito da AQUAPOL, da TISPOL, da EUROPOL e da RAILPOL (onde a Guarda

detêm a coordenação do Grupo de Contraterrorismo).

Na qualidade de força de segurança de natureza militar, a Guarda tem assegurado presença nos mais relevantes fóruns europeus e internacionais, mantendo uma postura proactiva enquanto membro fundador de instituições como a FIEP, a Força de Gendarmaria Europeia – a EUROGENDFOR, mantendo a disponibilidade para participação em operações de gestão de crises, no quadro da União Europeia, da ONU, da NATO e de outras organizações internacionais, sempre que as circunstâncias o determinem.

A vitalidade das relações de cooperação com os países da CPLP, fundamentais para fortalecer os laços de comunhão que a língua portuguesa encerra, bem como a afirmação do nosso país no espaço lusófono, constituem uma prioridade da Guarda, alinhada com os objetivos nacionais.

Destacam-se também os processos de cooperação

bilateral desenvolvidos com outras forças congéneres, consubstanciados na partilha de conhecimento e de boas práticas. Constituem exemplos paradigmáticos a cooperação encetada na formação de forças do Brasil, Marrocos, Qatar, Roménia e Omã, bem como a assessoria e apoio na constituição das unidades a cavalo da Gendarmaria da Jordânia.

Merece especial destaque a cooperação institucional que a Guarda tem vindo a desenvolver com a sua congénere do país vizinho – a *Guardia Civil*, que consubstanciada numa total disponibilidade e apoio recíproco representa uma real mais-valia com inegáveis resultados operacionais. A partilha de informações, o apoio mútuo e a conjugação de esforços no combate à criminalidade transfronteiriça, tem-se revelado altamente profícua para ambos.

Saúdo a Guarda Civil que se quis juntar a nós neste dia, fazendo-se representar nas forças em parada por uma Secção. Saúdo também a *Gendarmerie* do

Antigos Comandantes-Gerais entregam Prémio Valor, Altruísmo e Abnegação:
Cabo José Pereira; Guarda-Principal Pedro António; Cabo Vitor Silva; Guarda-Principal Ricardo Rosa.



PELA LEI E PELA GREI

Reino de Marrocos que está aqui igualmente representada por uma unidade montada que recentemente terminou a sua formação em ordem pública a cavalo.

Senhor Primeiro Ministro,

Senhora Ministra da Administração Interna,

Minhas senhoras e meus senhores,

A atual conjuntura tem obrigado a uma gestão criteriosa, responsável e exigente dos recursos alocados à Guarda, representando um desafio permanente no sentido de se superarem as dificuldades, potenciar as oportunidades e assegurar níveis adequados dos recursos operacionais.

Este desafio exige uma constante racionalização de recursos e a sua proficiente utilização, num balanceamento coerente e equilibrado em razão de se procurarem, em cada momento, as respostas adequadas e ajustadas a cada um dos problemas e desafios que quotidianamente se nos apresentam. Neste sentido e perspectivando o futuro, foi desenvolvida a “Estratégia da Guarda 2020”,

traçando o alinhamento estratégico desta Força de Segurança subordinada às opções e orientações políticas da tutela em matéria de Segurança Interna e às políticas públicas de segurança, estando ainda, em harmonia com a Estratégia de Segurança Interna da União Europeia.

Tomando como horizonte temporal o período 2015-2020, tem por fim último assegurar uma Guarda mais eficiente e eficaz em prol da segurança e do bem-estar das populações.

Neste contexto, foi estabelecido como centro de gravidade estratégico a sociedade, porque nos cabe ir ao encontro dos problemas que realmente preocupam os cidadãos. Consequentemente, a nossa ação continuará a direcionar-se prioritariamente para as pessoas, mas também para os movimentos, para o território e para as instituições democráticas.

Foram definidas quatro linhas de orientação estratégica: Reforçar a confiança dos cidadãos na instituição; Optimizar para criar valor; Modernizar,



Inovar e Simplificar, garantindo a celeridade e eficiência dos processos; Incrementar a cooperação e articulação com outros organismos, procurando melhorar a qualidade do serviço prestado.

O propósito de “ser uma Força de Segurança humana, próxima e de confiança que se distinga pela excelência do serviço que presta e seja reconhecida como referência nacional e internacional no domínio da segurança”, consubstancia a Visão institucional e o desígnio a que nos propomos.

Militares e Civis da Guarda Nacional Republicana, São para vós as minhas últimas palavras. Estou convicto de que na senda do esforço que a Guarda está a realizar na modernização de meios e equipamentos, na alteração de processos e no aumento da eficácia operacional por via de um incremento tecnológico, nada substituirá o seu principal recurso – o Militar da Guarda.

Neste sentido, acredito convictamente que no próximo ano o balanço das realizações será certamente ainda mais positivo do que aquele que foi hoje apresentado, reafirmando a minha convicção de que os homens e mulheres que devotadamente servem Portugal na Guarda continuarão a dar o melhor de si, em todas as circunstâncias.

Quero aqui reafirmar que partilho os vossos anseios e comungo de muitas das vossas preocupações sobre as exigências de disponibilidade e os sacrifícios que o cumprimento da missão exige. São anseios legítimos, merecedores de serem considerados, porquanto as restrições ao exercício de direitos, liberdades e garantias, aliadas às exigências da atividade diária, quantas vezes desenvolvidas sem tempo nem horário e em ambiente de hostilidade, são inerentes à condição de militar da Guarda.

Estou convicto que o essencial das vossas aspirações terá uma resposta adequada, dando-se assim mais um passo na dignificação do estatuto e da carreira do militar da Guarda, pugnando para lhes proporcionar as melhores condições de

desempenho e de valorização pessoal e profissional. E porque estou ciente da abnegação e nobreza de carácter do militar da Guarda, presto aqui a minha homenagem aos militares que malgrado as vicissitudes e as dificuldades do contexto pessoal, em serviço ou fora dele, isoladamente ou em patrulha, irmanados no espírito fraternal que designamos por camaradagem, dão o melhor de si em prol dos seus concidadãos.

De entre todos, enalteço a memória dos três militares que no cumprimento do dever legaram o seu bem mais precioso – a vida, para que outros possam viver em liberdade e segurança. Recordo também os 23 militares que sofreram ferimentos graves no decurso da atividade operacional e os 119 que foram vítimas de crimes em serviço. Presto aqui o meu tributo a estes e a todos os Militares da Guarda que levaram ao extremo a fidelidade ao nosso código de honra, dando a vida ou vendo a sua integridade física diminuída. Neste momento, vai para eles o nosso pensamento e o nosso profundo respeito.

Senhor Primeiro Ministro,

Senhora Ministra da Administração Interna,

Minhas senhoras e meus senhores,

Ao terminar a minha intervenção, queria afirmar convictamente, que a Guarda vai continuar determinada no cumprimento da sua missão. Estamos orgulhosos do nosso passado, cientes do nosso valor e confiantes no futuro. É por Portugal e pelos portugueses que nos cabe cumprir o nosso dever, assegurando a segurança e a tranquilidade públicas, elementos indispensáveis à existência de um estado de direito e de uma sociedade livre e democrática.

Muito obrigado.

PELA LEI E PELA GREI

Unidade de Intervenção

No pretérito dia 22 de maio, do corrente ano de 2015, celebrou-se o 6.º Aniversário da Unidade de Intervenção, da Guarda Nacional Republicana, com a realização de uma cerimónia militar evocativa da efeméride e demonstração de capacidades operacionais.

A Unidade de Intervenção é a herdeira e depositária das tradições e do espólio histórico das unidades que a precederam, nomeadamente o Batalhão n.º 1 e o Regimento de Infantaria.

Sucessora do Regimento de Infantaria da Guarda Nacional Republicana, a Unidade de Intervenção foi criada pela Lei n.º 63/2007, de 06 de novembro, sendo definida como Unidade especialmente vocacionada para as missões de manutenção e restabelecimento da ordem pública, resolução e gestão de incidentes críticos, intervenção tática em situações de violência concertada e de elevada perigosidade, complexidade e risco, segurança de instalações sensíveis e de grandes eventos, inativação de explosivos, proteção e socorro e aprontamento de forças para missões internacionais

O seu dia festivo relembra a data de 16 de maio de 1911 da criação do Batalhão n.º 1, definido em 2008 como o Dia da Unidade de Intervenção, por Despacho n.º 77/08-OG, de 22 de dezembro, do Exmo. Tenente-General Comandante-Geral.

Tratando-se de uma evocação das suas origens que remontam às da própria Guarda Nacional Republicana, pretendeu-se emprestar às cerimónias o brilho e a dignidade que merecem, perpetuando-se dessa forma os valores e as tradições que constituem a melhor garantia de futuro para a Unidade de Intervenção e dos que nela servem.

As cerimónias comemorativas tiveram início no dia 15 de maio, pelas 10H00, com a celebração litúrgica na Capela da Academia Militar, em Lisboa, presidida pelo Capelão da Unidade, Major Borges da Silva.

No dia 22 de maio, pela manhã, teve lugar o içar da Bandeira Nacional, seguido da cerimónia militar, que pela primeira vez se realizou nas futuras instalações da Unidade no Quartel da Pontinha, tendo a mesma sido presidida por sua Ex.ª a Ministra da Administração Interna, Professora Dr.ª Anabela Rodrigues.



Na cerimónia militar, as Forças em Parada, sob o comando do Coronel de Infantaria Mário João Parente Monteiro, Chefe de Estado Maior da Unidade de Intervenção, foram constituídas pela Banda Marcial e Fanfarra da Unidade de Segurança e Honras de Estado e dois Batalhões de Infantaria, integrando o primeiro batalhão uma Companhia de Intervenção, Proteção e Socorro e uma Companhia de Intervenção de Operações Especiais e o segundo, por uma Companhia de Intervenção de Ordem Pública e uma Companhia de Intervenção Cinotécnica.

Numa cerimónia marcada pela dignidade dos atos militares, deu-se realce aos militares que se evidenciaram no cumprimento da missão, através da imposição pública das condecorações atribuídas e homenagem aos militares, já falecidos, da Unidade de Intervenção.

Finda a cerimónia militar, com a participação de todas as subunidades operacionais realizou-se uma demonstração de capacidades, com ênfase na proteção e socorro, manutenção e restabelecimento da ordem pública e resolução de um incidente do tipo

tático-policial.

Da alocução proferida pelo Exmo. Comandante de Unidade, Coronel de Infantaria José Manuel Lucas Pimenta, realça-se “O futuro apresenta-se como um enorme desafio, cabendo a todos e a cada um de nós, a quota-parte de responsabilidade de criar as necessárias condições para que ele seja vencido. O elevado espírito de missão, competência e profissionalismo de todos os que servem na Unidade de Intervenção são a garantia de que serão ultrapassadas todas as dificuldades, prestigiando a Guarda Nacional Republicana e honrando o país a que nos orgulhamos de pertencer”.

Dirigindo-se aos oficiais, sargentos e guardas que prestam serviço na Unidade, o Exmo Comandante exortou o reconhecimento pelo esforço desenvolvido no cumprimento da missão do último ano e incondicional apoio e sentido do dever, reiterando o seu apelo “à vossa disponibilidade para continuar a servir a Unidade de Intervenção e a Guarda, na certeza de que assim estaremos a servir a causa pública, razão de ser da nossa existência”.



Comando Territorial de Coimbra



O Comando Territorial da GNR de Coimbra orgulha-se em comemorar, no ano de 2015, o seu centésimo aniversário. A data foi assinalada com um conjunto de eventos que permitiram mostrar à comunidade que servimos aquilo que somos, como evoluímos e para onde caminhamos.

De assinalar que a data das comemorações foi escolhida por referência com a data da instalação efetiva da GNR na cidade de Coimbra, no Pátio da Inquisição, há 100 anos.

De facto, a presença da Guarda Nacional Republicana na cidade de Coimbra teve os seus primórdios no ano de 1913, tendo, em agosto de 1914, sido dada ordem para organizar a Secção de Coimbra da GNR, comandada pelo alferes Josué Knofli. A instalação definitiva desta Secção no Pátio da Inquisição teve lugar em 1915.

Em outubro de 1920, a GNR tem o seu quartel sediado na cidade de Coimbra, no Quartel da Cumeada (atual Avenida Dias da Silva), sendo que o edifício foi construído para albergar o então designado Colégio Moderno.

O ponto alto das comemorações foi constituído pela Cerimónia Militar no dia 3 de junho. No entanto decorreram em paralelo outros eventos e iniciativas de grande visibilidade e que contaram com a

colaboração e participação de outras instituições, mas sobretudo dos cidadãos, como sejam: uma breve exposição refletindo a histórica da GNR, a participação nas comemorações do Dia Mundial da Criança e do Dia Mundial do Meio Ambiente. As comemorações foram encerradas com um concerto dado pelo Quarteto de Cordas da GNR.

No dia 3 de junho, o Comando iniciou as suas comemorações, com uma cerimónia militar no Quartel da Cumeada, em formatura geral, presidida pelo Exmo. Comandante Operacional da Guarda Nacional Republicana, Major-General Luís Francisco Botelho Miguel.

Esta cerimónia foi constituída por um simples, mas alargado programa, onde se destacam as alocações do Exmo. Comandante do Comando Territorial e do Exmo. Comandante Operacional da GNR, a Integração do Estandarte Nacional, a Imposição de Condecorações, a Homenagem aos Mortos e o Desfile das Forças.

Para além da cerimónia realizada no Comando da Unidade, decorreram, igualmente, cerimónias evocativas nos demais Quartéis do dispositivo, por forma a contribuir para a formação e manutenção do espírito de corpo e coesão da Unidade e da Guarda. Na alocação do Exmo. Comandante do Comando

Territorial de Coimbra, Coronel João Paulo Simões Pedro Seguro, é de salientar o elogio proferido a todo o efetivo, quando afirmou que “tem no seu Comando gente dedicada, de elevado profissionalismo e espírito de missão, sempre pronta para dar resposta às permanentes solicitações decorrentes da difícil e espinhosa missão de conferir segurança e apoio às populações à responsabilidade da GNR, quantas vezes com o sacrifício pessoal dos militares, e em prejuízo do seu merecido descanso e do apoio e dedicação à sua família”.

Também o Exmo. Comandante Operacional, Major-General Luís Francisco Botelho Miguel, sublinhou, na sua alocução, o trabalho meritório que vem sendo levado a cabo pelo Comando em prol da paz e tranquilidade das populações do distrito de Coimbra. O Exmo. Major-General Comandante Operacional afirmou, ainda, que a GNR tem, “no Comando Territorial de Coimbra, um grupo coeso, leal, competente e determinado, que enfrenta o risco sem vacilar, que não cede ao desânimo perante as dificuldades, nem desmoraliza apesar da árdua missão que lhe compete executar diariamente”.

As forças em parada, comandadas pelo Capitão Pedro Teixeira, adjunto da Secção de Operações Treino e Relações Públicas, foram constituídas pela Banda de Música, um agrupamento composto por um pelotão de Infantaria, um pelotão de intervenção, uma secção cinotécnica, uma secção BTT, um pelotão motorizado e uma esquadra a cavalo.

As Comemorações do Centenário da GNR em Coimbra contaram com uma parceria estabelecida com o Centro Comercial Dolce Vita Coimbra, que possibilitou a concretização de diversos eventos, implementando ações de cooperação, explorando sinergias no sentido promover uma aproximação mais efetiva com a comunidade em geral, permitindo vantagens recíprocas e envolvendo as diversas dimensões institucionais. As comemorações do Dia Mundial da Criança e do Dia Mundial do Meio Ambiente, decorreram, também, naquele espaço comercial entre 1 e 7 de junho, e consistiram na dinamização de ações para crianças e jovens, como

a «Pista de Educação Rodoviária», os jogos educativos, o «Atelier de Pintura», entre outros e que procuravam cumprir um duplo objetivo ou seja, este tipo de iniciativas proporcionaram momentos lúdicos a todos os participantes, tendo ainda funcionado como um espaço educativo e de cidadania, de informação e sensibilização, promovendo comportamentos adequados. Este espaço consubstanciou uma prática de proximidade com as comunidades circunscritas pela área geográfica de atuação do Comando Territorial de Coimbra da GNR, com maior enfoque nas sedes dos seus quatro Destacamentos: Coimbra, Lousã, Cantanhede e Montemor-o-Velho.

A Exposição da GNR, patente naquele espaço de 3 a 7 de junho, teve por escopo dar a conhecer os 100 anos de história da Guarda Nacional Republicana em Coimbra, a sua evolução e funcionamento, bem como alguns dos meios utilizados por esta Força de Segurança e todas as valências da sua ação.

O encerramento das comemorações do centésimo aniversário foi marcado pela realização de um concerto, pelo Quarteto de Cordas da Orquestra Sinfónica da GNR, no dia 07 de junho. Importa salientar que este quarteto se apresentou pela primeira vez em público, em Coimbra, tendo sido um momento único de grande valor cultural e notória qualidade artística.

Para as comemorações foi criado um logotipo específico, em que o número um (dos 100 anos) era representado pela Torre da Universidade, com uma simbologia histórica, dado que em 1914, quando a Câmara Municipal de Coimbra solicitou a vinda para Coimbra da GNR, o principal motivo que esteve na génese do pedido, foi a necessidade de reforçar os meios, face ao aumento da comunidade estudantil, e a grande concentração de estudantes na Cidade.

A simplicidade das comemorações aliada à sua fundamentação histórica, e a dignidade com que decorreram todos os eventos, em especial, a cerimónia militar, muito honraram este Comando Territorial, os homens e mulheres que aqui servem, civis e militares, e por essa via a Instituição que servem, a Guarda Nacional Republicana.

Comando Territorial da Madeira



Comemorou-se no passado dia 23 de junho o sexto aniversário do Comando Territorial da Madeira, com uma cerimónia militar e demonstrações de algumas valências, no Comando da Unidade.

À semelhança do ano anterior, a cerimónia foi presidida por S. Ex.^a o Representante da República o Juiz Conselheiro Ireneu Cabral Barreto, contou com a presença do Exmo. Comandante Operacional da GNR, representantes do Governo Regional, e de várias altas entidades civis, militares e religiosas da Região Autónoma da Madeira (RAM).

Apesar do espaço algo limitado da Parada do Comando, os presentes na cerimónia tiveram a oportunidade de assistir à mesma na tribuna de honra, de onde apreciaram a formatura das forças em parada e da tradicional integração do Estandarte Nacional, seguida do discurso alusivo à efeméride proferido pelo Exmo. Comandante do Comando Territorial da Madeira, Tenente-Coronel Ferraz Dias. Procedeu-se também à imposição de condecorações a diversos militares daquele Comando.

Ainda na Parada do Comando, seguiu-se uma demonstração de capacidades cinotécnicas nas valências de deteção de droga e obediência/*agility*, e, já no terraço do Edifício de Comando, assistiu-se pela primeira vez a uma demonstração da Secção Naval – com a Lancha de Fiscalização em Águas Interiores (LFA) “FALCÃO DA MADEIRA” e a Embarcação de Alta Velocidade (EAV) “CULATRA” a efetuarem diversas manobras na baía do Funchal – bem como da Secção GIPS, que desde o início do presente ano passou a reforçar este Comando Territorial, numa demonstração de resgate em montanha.

A cerimónia terminou com o habitual beberete realizado no terraço do Comando, onde os convidados puderam apreciar a privilegiada vista sobre a baía do Funchal e serras adjacentes.

Apesar do Comando Territorial da Madeira possuir na sua génese as unidades e subunidades das extintas Guarda Fiscal e Brigada Fiscal, só em 2009 assumiu a atual designação, o que poderá indiciar erroneamente, que a sua presença na Região

Autónoma da Madeira (RAM) é bastante recente. Com a sua evolução histórica, nomeadamente com a transição da Guarda Fiscal para a Guarda Nacional Republicana, mantiveram-se as missões seculares da primeira - a prevenção e repressão das infrações fiscais e aduaneiras e controlo costeiro – entretanto acrescidas das restantes missões da segunda, designadamente as missões do Serviço de Proteção

da Natureza e do Ambiente (SEPNA). No presente ano, este Comando passou a estar reforçado por uma Secção do Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro (GIPS) para as missões de busca e resgate em montanha e, mais recentemente e por solicitação do Serviço Regional de Proteção Civil-IP, da RAM, colaborou nas missões de vigilância e deteção de incêndios florestais.

Comando Territorial de Viseu

As festividades alusivas ao dia de Unidade revestem-se de um simbolismo de grande ancestralidade e forte pendor castrense, dignificando todos aqueles que prestam serviço no Comando Territorial de Viseu, projetando ainda uma imagem de dinamismo e modernidade. Em simultâneo, pretendeu-se com esta iniciativa recordar o passado e todo o património histórico que a data representa, não só para o concelho e distrito de Viseu, mas também para a Guarda Nacional Republicana que cedo instalou forças nesta região.

Em 02 de dezembro de 1919 foi instalada a Secção de Viseu, sendo que em 23 de dezembro do mesmo ano foi instalada a 1.ª Companhia de Viseu, do então Batalhão n.º 11 (o Batalhão n.º 4 foi organizado e instalado provisoriamente em Lisboa, em 1917, transferido para Coimbra em 03 de junho de 1919 e transformado em Batalhão n.º 11, em 06 de junho do mesmo ano).

A Companhia da GNR de Viseu, após ter desfrutado de instalações precárias, ocupou o Quartel da Ribeira, **em 24 de junho de 1920**, onde permaneceu cerca de 60 anos, data esta marcante e que definiu, de forma indelével, o dia do Comando Territorial de Viseu.

Posteriormente, verificou-se a mudança de instalações para o Albergue Distrital, sito no Largo da Prebenda, em Viseu, e daqui para as atuais instalações, as quais foram ocupadas em 25 de fevereiro de 2002.

A 1.ª Companhia de Viseu, após várias reorganizações, passou a Grupo Territorial de Viseu, em 26 de junho de 1993, pelo Decreto-Lei n.º 231/93, e a Comando Territorial de Viseu, em 1 de janeiro de 2009, na sequência da aprovação da Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro.

Atualmente, o Comando Territorial de Viseu, para além de se destacar por dispor de instalações modernas e bastante funcionais, situadas num local privilegiado da cidade de Viseu, demarca-se pela multidisciplinaridade funcional, dispondo de valências singulares, que cumprem a missão geral da Guarda em todo o território do distrito de Viseu, não só pela própria implantação territorial, composta por uma estrutura orgânica de cinco Destacamentos Territoriais, um Destacamento de Trânsito, e trinta Postos Territoriais, mas também pela singularidade das valências cinotécnicas, de cavalaria, patrulhamento ciclo, náutico, moto e auto. Importante será também sublinhar o enorme valor que representam todos os militares e civis que prestam serviço neste Comando, que tendo sempre presente a sua divisa: **“Com Viriato...tanto se afamaram”**, síntese dos seus princípios morais e materiais e expressão da intenção de assunção como norma permanente de conduta, projetam a sua atividade em prol do bem-estar e segurança do cidadão, no estrito cumprimento da lei.

No dia 24 de junho de 2015, com o intuito de marcar de forma indelével a celebração do 6.º

PELA LEI E PELA GREI



aniversário da Unidade, decorreu no Comando Territorial de Viseu uma cerimónia militar alusiva à efeméride, mediante a realização de formatura geral com algumas das valências operacionais representativas da Unidade, composta por dois pelotões de infantaria, uma patrulha cinotécnica, uma patrulha ciclo, uma patrulha a cavalo e um bloco motorizado, acompanhada por banda de música e fanfarra da Unidade de Segurança e Honras de Estado, a qual foi emoldurada pelas entidades públicas mais representativas e que maior proximidade apresentam com a atividade diária da Guarda na região.

Presidiu à cerimónia o Exmo. Major-General Agostinho Dias da Costa, 2.º Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana, que no decurso da cerimónia e após a intervenção do Comandante da Unidade alusiva à efeméride, proferiu uma alocução, frisando os resultados positivos alcançados pela Guarda no ano de 2014, elencando muito em particular o contributo dado pelo Comando de

Viseu, em prol da segurança pública. Referiu, ainda, que a Guarda sabe para onde ir, tendo no seu essencial quatro vetores de orientação estratégica: estar presente e próxima das populações; otimizar para criar valor; apostar na modernização; e assentar a sua ação na qualidade, contando para o efeito com o empenho de todos os militares e civis que servem na Guarda. Deixou, como nota final, uma mensagem de esperança e confiança no futuro, referindo a necessidade de se pugnar por uma Guarda próxima, humana e de confiança.

Cientes de que o reconhecimento da competência, da dedicação, do espírito de disciplina, bem como do culto de outras virtudes militares, é realizado mediante a imposição de condecorações, atribuição de públicos louvores e de prémios, os quais simbolizam os méritos que se desejam enaltecer, foram impostas condecorações aos militares e civis que prestam serviço na Unidade, com particular relevo para os civis que integram as Equipas de Proteção Florestal.

Ainda no decurso da cerimónia foram recordados os militares e civis já falecidos, momento particularmente sentido pelo significado que encerrou.

Após o desfile das forças em parada, o Exmo. Comandante do Comando Territorial de Viseu agradeceu a presença de todos quantos se dignaram assistir à cerimónia militar, convidando-os para um “Dão de Honra”, na messe da Unidade. Ainda no decurso das celebrações do dia da Unidade, e em estreita colaboração com a Câmara Municipal de Viseu, foi organizado um concerto musical interpretado pela Banda Sinfónica da Guarda, no dia 27 de junho de 2015, pelas 21H30, no esplendoroso largo da Sé de Viseu e tendo como palco o excelso adro e fachada da Igreja da Misericórdia. A Banda Sinfónica da Guarda presenteou os numerosos e atentos espetadores com um reportório original, adequado, não só à efeméride, mas também ao local onde decorreu o concerto. No final foi convidada a Tuna Universitária de Viseu –

Real Tunel de Viseu, a dar voz ao tema “Viseu, Senhora da Beira”, que a Banda Sinfónica da Guarda graciosamente reproduziu.

O Comandante Territorial de Viseu encerrou as cerimónias alusivas ao Dia da Unidade com este evento, aproveitando o momento público e solene para ofertar à Banda Sinfónica da Guarda uma lembrança do Comando Territorial de Viseu. O Vice-Presidente da Câmara de Viseu, Dr. Joaquim Seixas, edil que representou o município no evento, enalteceu a instituição e os seus valores, agradecendo a participação da Banda Sinfónica da Guarda, oferecendo igualmente uma lembrança do município.

Foi neste ambiente marcante, de salutar e público convívio, e empregnado dos valores que pautam a instituição militar, que o Comando Territorial de Viseu celebrou o seu aniversário, ciente que a arte não é a representação de uma coisa bela, mas a bela representação de uma coisa.



Unidade Nacional de Trânsito

A Unidade Nacional de Trânsito (UNT) comemorou, no dia 30 de junho de 2015, o seu 6.º aniversário.

A UNT é herdeira e depositária das tradições e do espólio histórico e documental da extinta Brigada de Trânsito, que existiu durante 38 anos (1970-2008), da qual mantém o Estandarte Nacional, a simbologia, dia festivo e divisa, "ISENÇÃO, FIRMEZA e CORTESIA". Como Unidade Especializada, para além da missão geral da Guarda, tem competência no âmbito da fiscalização, ordenamento e disciplina de trânsito, sendo também responsável pela uniformização de procedimentos e pela formação contínua dos militares. Paralelamente, realiza ainda ações especiais de fiscalização em qualquer parte do território nacional, abrangido pela competência territorial da Guarda Nacional Republicana.

A UNT, para além do Comando e Estado-Maior, sediado em Queluz, articula-se ainda em duas subunidades de carácter essencialmente operacional, designadamente, o 1.º Destacamento de Ação de Conjunto, também sediado em Queluz, e o 2.º Destacamento de Ação de Conjunto, sediado no Porto. A cerimónia militar, realizada no Quartel da GNR em Queluz, foi presidida pelo Excelentíssimo Major-General

Luís Francisco Botelho Miguel, Comandante do Comando Operacional, tendo as forças em parada, comandadas pelo Major Eduardo Beja Batista Diogo, a seguinte composição: Estandarte da Unidade, Banda de Música e Fanfarras da Unidade de Segurança e Honras de Estado e um Agrupamento de Trânsito Motorizado, constituído por um Destacamento Moto e um Destacamento de Viaturas Auto.

A cerimónia decorreu nos moldes regulamentares habituais onde, após a prestação das honras regulamentares e integração do Estandarte Nacional na formatura, foi proferida a alocução do Comandante da Unidade.

No seu discurso, após saudar os presentes, o Coronel Gabriel Chaves Barão Mendes prestou a devida homenagem a todos os que servem sob o seu Comando, realçando a ideia de que a aposta na prevenção, na fiscalização e no incremento da segurança rodoviária, em muito tem contribuído para minorar os acidentes rodoviários e os seus resultados, quase sempre catastróficos.

Foi ainda feito um balanço do trabalho realizado ao longo do ano transato e realçados os objetivos que futuramente se pretendem atingir, merecendo





especial destaque a aposta na formação e especialização dos efetivos, o que permitirá potenciar e melhorar o seu emprego operacional, com reflexos imediatos no combate de um dos desígnios nacionais, a sinistralidade rodoviária.

Para concluir, o Comandante reafirmou que os militares da UNT são homens e mulheres abnegados, possuidores do necessário espírito de sacrifício, enformados do sentido das responsabilidades que lhes são atribuídas e conscientes do seu valor, razão porque salvar vidas, constitui um princípio bem marcado em cada um deles.

Posteriormente, teve lugar a imposição de condecorações a militares da Unidade, seguindo-se a homenagem aos militares já falecidos e o desfile das forças em parada, com o Estandarte Nacional transportado num dos veículos mais emblemáticos a nível mundial, o Porsche de 1962, que transitou da antiga Polícia de Viação e Trânsito para a Brigada de Trânsito, com extinção daquela, em 1970.

A sucedê-lo, o Comandante das Forças em Parada, Major Eduardo Diogo, transportado no Porsche de 1985 que foi entregue à Brigada de Trânsito, no ano

de 1993, utilizado essencialmente, em missões de escolta, representação e honoríficas.

Seguiu-se o Estandarte da Unidade, transportado numa viatura operacional, normalmente utilizada em provas desportivas.

Posteriormente, o Agrupamento de Trânsito Motorizado com o Destacamento Moto, constituído por uma Secção equipada com fato operacional de motociclista e uma Secção de Grande Uniforme Honorífico, e o Destacamento de Viaturas Auto, o qual integrou duas viaturas de escolta, duas viaturas de ronda, cinco viaturas de patrulha, cinco viaturas descaracterizadas com equipamento de controlo de velocidade e duas viaturas de patrulhamento e fiscalização equipadas com o sistema automático de leitura de matrículas.

Por último, e a fechar o bloco, seguiu a viatura VW (Carocha), adquirida pela Guarda Nacional Republicana no ano de 1971, utilizada, prioritariamente, nos serviços de fiscalização, controlo rodoviário e representação. O desfile encerrou ao som do trecho musical “Colossal”, interpretado pela Banda de Música, da Unidade de Segurança e Honras de Estado, dirigida pelo Sargento-Chefe Carlos Oliveira.

Entrega de Bens a instituições de solidariedade social

Portalegre



O Centro de Formação de Portalegre, no âmbito da Missão RIA, Rede Informal de Amigos, desenvolveu, durante o período de 20 de Abril a 4 de Maio de 2015, uma ação de solidariedade.

Através do Batalhão Escolar, efetuou-se uma campanha de recolha de bens, tais como roupa, calçado, brinquedos, livros, entre outros. Desta forma, os Militares e Civis que prestam serviço neste Centro de Formação, praticaram, em regime de voluntariado e espírito de solidariedade um ato de responsabilidade social, com vista a apoiar esta organização sem fins lucrativos, que tem como finalidade ajudar crianças que não estão ao cuidado dos seus familiares.

Esta ação de solidariedade resultou na recolha de 1047 peças de roupa e calçado.

Os bens foram posteriormente entregues a instituições de solidariedade, designadamente à Cáritas Diocesana de Portalegre e Castelo Branco e à APPACDMP, Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Portalegre. A entrega dos mesmos, foi celebrada

simbolicamente no dia 6 de Maio de 2015 no Centro de Formação de Portalegre.

Na cerimónia, estiveram presentes o Exmo. Comandante do Centro de Formação de Portalegre, Coronel Lopes Rosa, o Capelão da Escola da Guarda, Tenente-Coronel Cecílio Pereira, a representante da Missão RIA, Sr.^a Cristina Carreiro, o representante da Cáritas, Sr.^o João Neves e a representante da APPACDMP, Sr.^a D. Emília Salgueiro. Na parada do Centro de Formação de Portalegre e, sob o comando do Sr.^o Major Pedro Ribeiro, estiveram as duas Companhias de Alunos constituintes do Batalhão Escolar, uma Companhia de Comando e Serviços e uma Companhia do Curso de Intervenção, Proteção e Socorro.

Esta cerimónia foi também marcada pela entrega, de um cheque no valor de 418 euros ao Capelão da Escola da Guarda para apoiar a compra de uma cadeira de rodas para um familiar de uma camarada do Curso de Formação de Sargentos, causa a que o Centro de Formação de Portalegre se associou solidariamente.

Comandante-Geral da Guarda

Condecorado com a Gran Cruz de la Orden del Mérito de la Guardia Civil

Em 7 de maio de 2015, na Cerimónia Militar Comemorativa do 171.º Aniversário da fundação *Guardia Civil*, que decorreu no Colégio de *Guardias Jóvenes* - "Duque de Ahumada", em Valdemoro, Madrid, foi condecorado com a *Gran Cruz de la Orden del Mérito de la Guardia Civil*, o Excelentíssimo Tenente-General Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana, Manuel Mateus Costa da Silva Couto.

A condecoração foi imposta por Sua Excelência o Ministro do Interior do Reino de Espanha, D. Jorge Fernández Díaz, entidade que presidiu à cerimónia, acompanhado da ministra de Emprego e Segurança Social, Fátima Báñez; do Secretário de Estado de Seguridad, Francisco Martínez Vázquez, do Diretor-Geral da Guardia Civil, Arsénio Fernández de Mesa Díaz del Río, do Diretor Adjunto Operativo da Guardia Civil, Tenente-General Cándido Cardiel Ojar, perante uma assistência que

integrava altas autoridades civis, militares e religiosas.

A *Gran Cruz de la Orden del Mérito de la Guardia Civil* corresponde ao grau mais elevado desta ordem espanhola, tendo sido concedida por Real Decreto 348/2015, de 30 de abril, promulgado por sua Majestade o Rei Filipe VI, após deliberação do Conselho de Ministros do Reino de Espanha.

A relevância da cooperação com Portugal, em particular com a Guarda Nacional Republicana representada ao seu mais alto nível, foram objeto de referência expressa e destacada nos discursos que na ocasião proferiram o Ministro do Interior, D. Jorge Fernández Díaz e do Diretor-Geral da *Guardia Civil*, D. Arsénio Fernández de Mesa Díaz del Río, enfatizando as características comuns das duas forças de segurança de natureza militar e o reconhecido contributo para a segurança dos povos dos respetivos Estados e da União Europeia.



PELA LEI E PELA GREI

Descrição da Condecoração

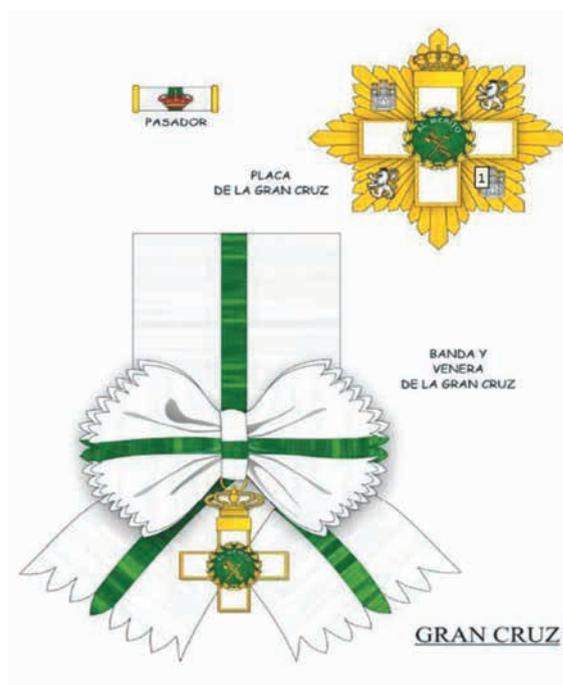
A *Orden del Mérito de la Guardia Civil* tem por finalidade premiar as ações ou condutas de extraordinário relevo que redundem no prestígio do Corpo da *Guardia Civil* e interesse da Pátria. Esta recompensa, de caráter civil, poderá ser concedida aos membros de referido Corpo e a qualquer outra pessoa ou entidade que seja credor de méritos.

A Ordem tem as categorias de: Grã Cruz; Cruz de Ouro; Cruz de Prata; Cruz com distintivo vermelho e Cruz com distintivo branco.

Comemoração da Fundação da *Guardia Civil*

A Fundação da *Guardia Civil*, evento cujos 171 anos se comemorou nesta cerimônia, teve lugar a 13 de maio de 1844, data do Real Decreto que instituiu este "Corpo Especial de força armada de Infantaria e Cavalaria... com a denominação de *Guardias Civiles*". Da criação e organização desta Força foi encarregado o Marechal de Campo D. Francisco Javier Girón y Ezpeleta, II Duque de Ahumada. Figura ímpar, com excepcional capacidade de organização, pôs em marcha uma instituição "caracterizada pela sua eficiência" destinada "... a proteger eficazmente as pessoas e as propriedades". Define a *Guardia Civil* como uma organização baseada na qualidade, garantindo a excelência do pessoal, sendo-lhe atribuída a frase "servirão melhor e oferecerão mais garantias cinco mil homens bons que quinze mil, não maus, mas medianos que sejam", defendendo que os militares sejam "bem remunerados em consonância com as elevadas responsabilidades que lhes serão conferidas". Implicando também uma seleção muito rigorosa e uma formação minuciosa e exigente dos primeiros *Guardias*: 14 chefes, 232 oficiais e 5769 *guardias*, repartidos em 14 Tercios, compostos por Companhias de Infantaria e um Esquadrão de Cavalaria.

O Duque de Ahumada estabeleceu uma longa lista de obrigações, sacrifícios e deveres, negando ao Corpo militância política de qualquer tipo. "O



essencial era que a *Guardia Civil* servisse a Espanha e aos espanhóis independentemente da forma política que o país viesse a adoptar".

Ao longo de 171 anos, a *Guardia Civil* adaptou-se aos tempos e às alterações sociais e políticas da complexa história de Espanha, no decurso da qual muitos dos seus membros sacrificaram as suas vidas no cumprimento do dever. Na atualidade tem ao serviço mais de 82.000 mulheres e homens, com uma larga amplitude de missões policiais, vivendo um processo contínuo de modernização e especialização, sem descurar contudo os seus valores fundacionais e a sua identidade. O Corpo da *Guardia Civil* é considerado reiteradamente a Instituição mais valorizada pelos cidadãos espanhóis, e aquela em que mais confiam.

Fontes:

<http://www.guardiacivil.es/es/institucional/index.html>

<http://www.boe.es/boe/dias/2012/09/25/pdfs/BOE-A-2012-11969.pdf>

http://politica.elpais.com/politica/2015/05/07/actualidad/1431003294_924618.html

Programas Especiais

Promove atividade inesquecível - Guimarães

«Seria impossível dizer ao mundo aquilo que estas crianças "estão" a sentir...
Vamos a Lisboa e já voltamos.»

Depois de tantos avanços e recuos, o dia 29 de maio de 2015, sempre acabou por chegar.

Encontrávamo-nos em Cabeceiras de Basto, às 04H00 em ponto, mesmo em frente ao emblemático Mosteiro de S. Miguel de Refojos, num momento de espera e ansiedade pautada pela tradicional "noite em branco".

Seguimos viagem rumo ao aeroporto Sá Carneiro, espaço esse, que nos iria catapultar para uma maravilhosa história que se inicia com "Era uma vez 20 crianças que fizeram parte de um sonho de adultos e voaram até à cidade grande..."

As 06h30 marcadas pelos ponteiros, deram lugar ao início de uma viagem repleta de múltiplas emoções e vivências que perduraram pelo dia fora, alojando-se na gavetinha das memórias felizes.

...três, dois, um, descolar... Agora sim, o sonho era bem real; dois dedos de conversa, sorrisos cúmplices, a pressão nos ouvidos, umas fotos e estávamos com os pés em Lisboa. Às 08H30, tal como planeado, tínhamos o autocarro à nossa espera, com destino ao museu da Guarda Nacional Republicana, inserido no quartel histórico do Comando-Geral. Um compasso de espera para ver de perto o render da Guarda e logo de seguida, todos se sentiram como numa cápsula do tempo, com avanços e recuos, onde não faltaram as questões relacionadas com a revolução do 25 de abril de 1974 e o terramoto de 1755, momentos marcantes da história do nosso país. Deslocámo-nos, então, ao Museu da GNR. Sem dúvida, um local a visitar pelo simbolismo a que a instituição se remete, caminhando lado a lado com a democracia.





Já no 4.º Esquadrão de Cavalaria, na Ajuda, para além do voo e da viagem ao passado, através dos olhares curiosos depositados no guia e nos objetos que os circundavam, este foi, sem dúvida, o momento adorado por todos, onde as crianças puderam montar e experienciar a charrete e as motos.

Seguiu-se o tão desejado almoço no *McDonalds* e o tradicional Pastel de Belém. Num ápice, estávamos às portas do majestoso Palácio de Belém. O que os meninos não esperavam era que aquela imponência carregada de mil histórias, desfilaria nos mais variados tesouros de uma República, que se faz e fez marcada pelo tempo. Entre jóias de estado, pintores celebrizados, frescos e telas, tudo era absorvido pela curiosidade natural de ser criança.

Agora, para a Estação de Santa Apolónia que chamava por nós, era a vez de experimentar um novo meio de transporte: o comboio. Numa viagem descontraída e onde os ânimos não esmoreceram, a força que lhes restava iria levá-los de novo até Cabeceiras de Basto, com uma bagagem repleta de significados e janelas abertas para um “mundo”

agora já conhecido.

A Secção de Programas Especiais, do Destacamento Territorial da GNR de Guimarães, acaba por descrever um pouco o espírito vivido, através de uma atividade de cariz social e pedagógica que envolveu 20 crianças do 4.º ano de escolaridade, do concelho de Cabeceiras de Basto. Esta atividade acaba por se revestir de um duplo significado, proporcionando a estas crianças uma vivência única dada a importância que os locais visitados tiveram no aproximar das instituições às populações de meios desfavorecidos e muitas vezes “esquecidos” pelo dito ostracismo do interior, bem como fomentando e valorizando, numa perspectiva multidisciplinar, o ímpeto exploratório destas crianças, relativamente às regras de segurança nas grandes cidades, em matéria de Segurança e Prevenção Rodoviária para além da compreensão do mundo dos adultos, consciencializando-os para a importância da participação cívica e democrática, interação social e aquisição de valores.

Escuteiros no Road Park

Évora

No passado dia seis de junho de 2015, trinta e quatro lobitos com idades compreendidas entre os seis e os dez anos e seis adultos, todos elementos pertencentes à nossa Alcateia, n.º 13, do Agrupamento de Escuteiros 890 de Évora, realizaram uma atividade com a duração de uma manhã no *Road Park*, no Parque Industrial de Arraiolos.

No *Road Park* (Parque de Cidadania Rodoviária) estavam à nossa espera duas técnicas e militares do Destacamento de Trânsito do Comando Territorial de Évora que nos proporcionaram atividades planificadas e orientadas com vista a promover a segurança rodoviária, numa perspetiva de educação cívica.

Como movimento privilegiado de educação não formal, no escutismo transmitimos valores e procuramos “ensinar pela ação”, ou seja com a participação ativa de cada criança na sua própria formação.

Infelizmente, sabemos que os acidentes de viação são uma das principais causas de mortalidade infantil no nosso país e a aposta na educação desde o mais cedo possível, é a única solução para os prevenir. Ajudar a nossa alcateia a compreender esta relação e o importante papel de todos nesta realidade foi o grande objetivo que nos levou a organizar esta manhã. A visita e exploração deste equipamento foi integrada numa atividade de três dias, com acampamento em Arraiolos e foi muito enriquecedora para todos nós. Os objetivos iniciais que nos fizeram procurar este equipamento foram totalmente atingidos com a participação entusiástica de todos nas atividades que nos foram propostas.

Inicialmente, tivemos uma pequena formação de alerta para todas as nossas atitudes diárias enquanto peões e elementos da rede rodoviária, muito útil para compreendermos as regras fundamentais para garantirmos a nossa segurança e a dos outros.

Numa segunda sala, no laboratório de segurança rodoviária experimentámos alguns equipamentos que nos ajudaram a compreender as regras e as consequências dramáticas quando não as cumprimos...

E no circuito de condução, tivemos a oportunidade

única de conduzir com estradas a sério, cumprindo as regras de trânsito numa aventura inesquecível para todos.

Ser escuteiro e ser lobito (escuteiros entre os seis e os dez anos) é aprender, desde cedo, a ser melhor filho e melhor cidadão, melhores peões nas ruas e avenidas da nossa cidade, e um dia mais tarde melhores condutores.

Procurando cumprir objetivos pedagógicos, claramente alcançados no final, a nossa manhã no *Road Park* foi divertida, educativa e muito, muito frutuosa.

Acreditamos que “Da melhor vontade”, a nossa divisa enquanto lobitos podemos contribuir para tornar a nossa vida e a das nossas famílias mais seguras.

Agradecemos a disponibilidade e colaboração dos militares do Destacamento de Trânsito do Comando Territorial de Évora, o seu empenho, ensinamentos, conselhos e boa disposição...

Criou-se entre todos um clima de confiança e cumplicidade e é nesse espírito que a educação e a mensagem que queremos transmitir chega a todos. Obrigado!

Com uma canhota amiga,

A Alcateia n.º 13 do Agrupamento 890 de Évora-
Corpo Nacional de Escutas



Dia mundial da Criança

Viseu

O Comando Territorial de Viseu realizou no passado dia 07 de junho, mais uma atividade alusiva ao Dia Mundial da Criança, mas desta vez destinada às crianças familiares dos militares e civis que prestam serviço na Unidade.

A iniciativa, que tinha como objetivo proporcionar às crianças um dia diferente e divertido, logrou que, através das brincadeiras e jogos entre pais e filhos estreitassem laços e gozassem de tempo de qualidade juntos. Permitiu ainda que as crianças, que normalmente se encontram dispersas, se conhecessem, o que de outra forma não aconteceria. A atividade contou com a presença de cerca de 170 crianças, cerca de 100 militares e civis do Comando.

Na parada foram colocados insufláveis, uma torre de escalada, espaços para colorir ou pintar desenhos, mini-pista de trânsito, coração de memórias, que consistia na colocação das mãos pintadas das

crianças numa tela, modelagem de balões, música e alegria espelhada em cada rosto de criança e adulto.

A delícia das crianças focou-se no volteio a cavalo que os militares de cavalaria do Destacamento Territorial de Viseu se predispunham em conduzir, ofuscados pela luz do sol e envolvidos numa tortuosa fila desorganizada de euforias e ainda na demonstração da Equipa Cinotécnica do Destacamento de Intervenção, que fez as delícias dos mais pequenos.

A atividade, realizada pelo segundo ano consecutivo pelo Comando Territorial de Viseu, ficou marcada pelo contentamento refletido nos olhares das crianças e dos militares e civis presentes.

1.º Sargento - CARLOS JORGE DE SOUSA GOMES



Combate à Criminalidade Transfronteiriça Viana do Castelo

O Comando Territorial de Viana do Castelo, através do Centro de Cooperação Policial e Aduaneira de Tuy/Valença (CCPA Tuy/Valença), realizou, no dia 22 de abril, nas pontes IP1 – Ponte Internacional Valença/Tuy e Ponte Internacional Eiffel Valença/ /Tuy, uma operação de combate à criminalidade transfronteiriça.

Na operação estiveram presentes militares das valências Territorial, Investigação Criminal, Cinotécnica (detenção de droga) e Proteção da Natureza e Ambiente, estando também presentes na operação a Autoridade Tributária, Polícia Judiciária e o *Cuerpo Nacional de Policía* do Reino de Espanha. Na sequência desta operação foram detidos dois indivíduos de nacionalidade espanhola, com 39 e 54 anos, por condução ilegal. Procedeu-



se ainda à fiscalização de 190 veículos e 267 cidadãos da União Europeia e de países terceiros.

10.º Curso de Instrutor de Intervenção Policial

No âmbito do 10.º Curso de Instrutor de Intervenção Policial (CIIP) o Grupo de Intervenção de Ordem Pública da Unidade de Intervenção formou, entre os dias 06 e 24 de abril, 18 novos Instrutores de Intervenção Policial. Este curso visa habilitar os instrutores com competências técnicas em áreas do âmbito da missão geral acometida à GNR, tais como: defesa pessoal policial (técnicas de algemagem, revista e transporte, técnicas de defesa, técnicas de controlo e de libertação), abordagem a indivíduos, viaturas e locais suspeitos, intervenção em situação de atirador ativo, serviço policial, técnicas de patrulhamento, circulação em marcha de urgência, armas de fogo, comunicações, equipamento policial e formação pedagógica.

Os militares formados pertencem a distintas unidades da GNR, de norte a sul do país, sendo que esta estratégia de formação pretende apostar na qualidade da formação contínua de aperfeiçoamento e atualização dos militares de todo o dispositivo da GNR. A melhoria da

proficiência técnica dos militares através da utilização de técnicas simples e eficientes, ajustadas às novas características da criminalidade, e a par da necessidade de uniformização de procedimentos e do seu desenvolvimento contínuo, são alguns dos aspetos fundamentais que caracterizam este curso.



Segurex 2015

A Guarda Nacional Republicana esteve presente uma vez mais, no Salão Internacional de Proteção e Segurança (SEGUREX 2015), que decorreu entre os dias 06 a 09 de maio, na Feira Internacional de Lisboa (FIL) no Parque das Nações, em Lisboa.

Este evento contou, para além de uma exposição estática com meios da GNR, com a demonstração de várias valências da GNR, dando, desta forma, a conhecer os diversos meios que são utilizados diariamente na sua atividade operacional. Passeios a cavalo e de charrete com a Unidade de Segurança e Honras de Estado, exercício de

inativação de engenho explosivo com o Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro e com o Centro de Inativação de Explosivos e Segurança em Subsolo, batismos de mergulho com a Unidade Especial de Operações Subaquáticas demonstração de meios cinotécnicos com o Grupo de Intervenção Cinotécnico, seminário “Internet mais Segura” e, por ultimo, um exercício alusivo à tomada e sequestro de reféns em embarcação com o Grupo de Intervenção de Operações Especiais, foram as atividades que a Guarda proporcionou a quem visitou este evento.



Workshop de Intervenção Operativa - Força de Gendarmaria Europeia (EGF)

A Guarda Nacional Republicana participou, entre o dia 11 e 15 de maio, no “Workshop de Intervenção Operativa”, organizado pela *Guardia Civil* em Logroño (Espanha), onde estiveram igualmente presentes os representantes da *Royal Marechaussee* (Holanda), dos *Carabinieri* (Itália), da *Jandarma* (Roménia) e da *Gendarmerie* (França). Este *Workshop*, realizado no âmbito da Força de Gendarmaria Europeia (EGF), contou com a

presença de 19 militares dos seis países. A EGF é uma organização multinacional destes seis países membros da União Europeia, criada com o objetivo de aumentar a capacidade de gestão internacional de crises e de contribuir para o desenvolvimento da Política Comum de Segurança e Defesa, constituindo-se como uma força operacional, pré-estruturada (modular), robusta e com capacidade de reação rápida. O objetivo do *Workshop* foi potenciar

a partilha de experiências e conhecimentos na área da projeção de forças em cenários de gestão civil de crises, com vista a alinhar capacidades e procedimentos que favoreçam futuros empenhamentos em áreas destabilizadas. Portugal

mantém em permanência, através da GNR, um pelotão disponível para ser projetado em missões internacionais no âmbito da EGF, à imagem do que sucedeu entre 2007 e 2010, na missão Althea, na Bósnia-Herzegovina.



Delegação da Escola de Oficiais da *Gendarmerie Nationale* Visita a Guarda

A Guarda Nacional Republicana (GNR) recebeu, entre os dias 31 de maio e 07 de junho, uma delegação da *École des Officiers de la Gendarmerie Nationale* (EOGN) de França.

Esta visita está inserida no âmbito de um acordo de cooperação entre as congéneres e as suas Escolas de Formação, havendo desta forma um intercâmbio de delegações de oficiais alunos. Esta delegação ficou a conhecer algumas das diversas unidades da Guarda, nomeadamente o Comando Geral, a Escola da Guarda, a Unidade de Controlo Costeiro, a Unidade Nacional de Trânsito, a Unidade de Intervenção e a Unidade de Segurança e Honras de Estado.



PANGEA VIII – Operação Internacional de combate a medicamentos ilícitos



Entre os dias 9 e 16 de junho, a Guarda em colaboração com a Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde e o INFARMED associaram-se à operação mundial (Pangea VIII) de combate aos medicamentos falsificados e ao alerta para os perigos associados à sua compra através da *internet*, detetando a entrada de potenciais medicamentos falsificados, contrafeitos

ou ilegais, em território nacional.

Das 6140 encomendas controladas pelas entidades portuguesas, cerca de 1000 foram apreendidas, impedindo assim a entrada em Portugal de mais de 18 000 unidades de medicamentos ilegais com um valor estimado de 40 000 euros aproximadamente. Cerca de 115 países, entidades como a Interpol e a Organização Mundial das Alfândegas e empresas privadas como a Google, Visa e *Paypal*, estiveram envolvidos nesta mega operação, que culminou na detenção de 156 indivíduos, a suspensão de mais de 365 anúncios de produtos farmacêuticos ilícitos através de plataformas de redes sociais, o encerramento de mais de 2400 sítios da *internet* e a apreensão, em todo o mundo, de mais de 20 000 000 unidades de medicamentos falsificados, potencialmente letais e com um valor estimado de cerca de 71 000 euros.

Salvamento de mulher na praia de Quarteira

Um militar do Subdestacamento Territorial de Quarteira da Guarda Nacional Republicana salvou durante a madrugada do dia 02 de abril, uma cidadã que se encontrava em afogamento na praia de Quarteira, em frente à Praça do Mar. Cerca da 01H00, foi efetuada uma chamada para a GNR de Quarteira a informar que na praia, em frente à Praça do Mar, se encontrava uma cidadã em risco de afogamento, necessitando de auxílio. De imediato uma patrulha se deslocou para o local, sendo acompanhada por um outro militar que havia saído de serviço e que seguiu também em auxílio da vítima. Ao chegar ao local e depois de avaliar a situação, o referido militar, possuidor de conhecimentos na área do socorro a náufragos, lançou-se de imediato à água em socorro da senhora, a qual já se encontrava desgastada e em grandes dificuldades, encontrando-se a cerca de 40 metros de distância da praia. Apesar das dificuldades intrínsecas à pouca iluminação, ao estado do mar e à proximidade com o paredão existente naquela zona, a

rápida intervenção aliada à experiência do militar permitiu que conseguisse resgatar a vítima e trazê-la em segurança para terra, sendo posteriormente encaminhada para o Centro de Saúde de Loulé. Foi possível apurar que a vítima, cidadã estrangeira residente em Quarteira e com 40 anos, por razões que se desconhecem terá caído do paredão para o mar, ficando em situação de elevado perigo para a sua integridade física, que felizmente se conseguiu salvaguardar.



Sistema Integrado de Vigilância, Comando e Controlo SIVICC





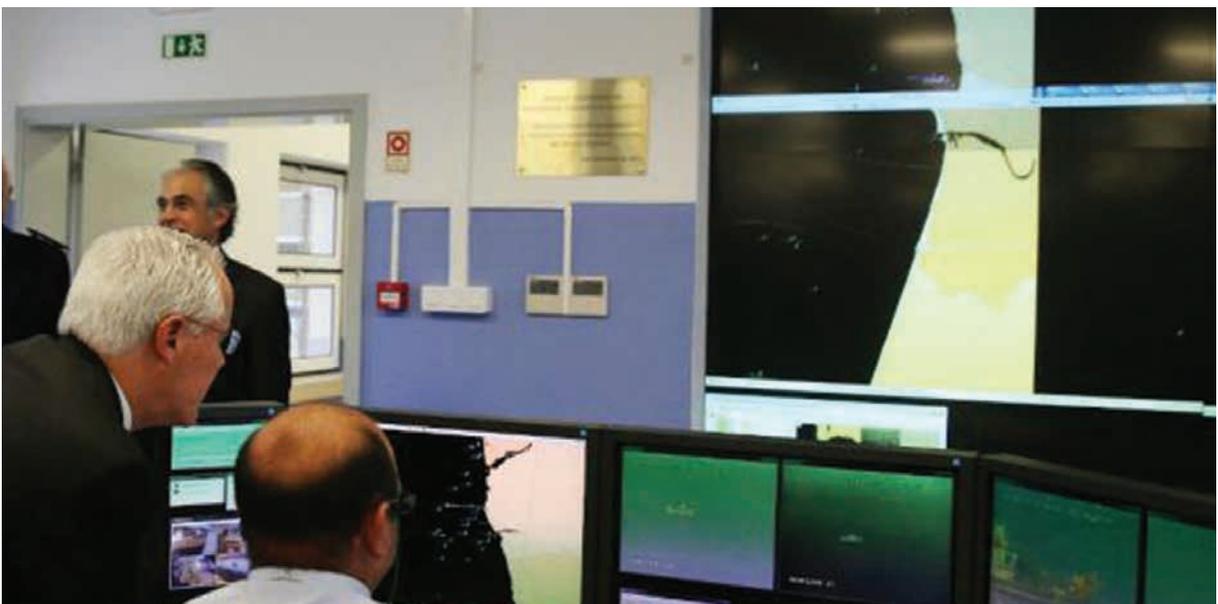
O dia **2 de dezembro de 2013**, é a data oficial que marca o funcionamento em pleno, de todo o Sistema Integrado de Vigilância, Comando e Controlo – **SIVICC**. Cerimónia presidida pelo Ministro da Administração Interna, Dr. Miguel Macedo, contou com a presença do Ministro do Interior do Reino de Espanha, D. Jorge Fernández Díaz, do Ministro da Defesa, Dr. Aguiar Branco, do Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas, General Luís Esteves de Araújo, do Secretário de Estado do Mar, Dr. Pinto de Abreu, do Secretário de Estado da Administração Interna, Dr. Lobo d'Ávila, do Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana, Tenente-General Luís Newton Parreira, e de outras altas entidades com responsabilidades de comando e direcção nos Órgãos, Direcções e Unidades da Guarda, assim como os Oficiais do Comando e Estado-Maior da Unidade de Controlo Costeiro.

Do programa da cerimónia constou a intervenção do Comandante-Geral da Guarda e do Ministro da Administração Interna. Foram entregues quatro diplomas dos cursos SIVICC, representando os diferentes tipos de formação: Operador do Sistema; Supervisor do Sistema; Operador de Posto de Obser-

vação Móvel; e Formação de Formador do Sistema. O descerramento da placa pelo Ministro da Administração Interna simbolizou o arranque oficial do SIVICC, materializado com o acompanhamento de uma operação conjunta, a decorrer entre a GNR e a Guardia Civil. Nesta operação intervieram meios marítimos de ambas as forças, acompanhadas em tempo real pelo Centro de Comando e Controlo Nacional do SIVICC e pelo Sistema Integrado de Vigilância Exterior (SIVE), sistema homólogo do Reino de Espanha, operado pela Guardia Civil.

O SIVICC marca a nova geração do sistema nacional de vigilância costeira, marítima e de fronteira externa, em linha com os desígnios da União Europeia (UE), no tocante à gestão integrada da vigilância marítima e de fronteira da EU, e dos países Schengen associados.

É no quadro da estratégia europeia que a Guarda se está a adaptar e modernizar, através da implementação da estrutura de comando e controlo centralizado da informação, obtida pelo sistema nacional de vigilância da fronteira externa marítima – SIVICC –, em harmonia com o sistema de vigilância da fronteira externa da União Europeia – EUROSUR.



Génese da responsabilidade da Guarda na vigilância de Fronteira



Posto de Controlo de passageiros de Quintanilha

A implementação do Sistema Integrado de Vigilância, Comando e Controlo (SIVICC) veio reforçar a capacidade de vigilância da Guarda Nacional Republicana, em 2013. Contudo, não foi a partir deste ano que a Guarda assumiu a responsabilidade da vigilância de fronteira e da costa portuguesa. O SIVICC representa, de facto, um salto qualitativo do

antecessor “*LAOS - Long Arm Operational System*” e de toda a vigilância *(bin)ocular* antecedente ou seja, a Guarda assumiu as responsabilidades da vigilância da fronteira e do mar territorial, através de centros de vigilância com capacidade de comando e controlo, desde 1993.¹

No entanto, a experiência e conhecimentos adquiri-

1 - 1993 marca a passagem desta competência para a Guarda Nacional Republicana, resultante da extinção da Guarda Fiscal. No entanto, o sistema já operava desde 1990.

dos ao longo dos anos, não têm origem no século XX.

Revisitemos um pouco da história que interfere diretamente com a responsabilidade de vigilância da fronteira portuguesa.

As origens da fiscalização e vigilância costeira

A criação dos Guarda-Barreiras e o seu sucesso, no combate ao contrabando e ao descaminho em terra, levaram à necessidade de alargar as suas competências para que aquela missão pudesse ser **desempenhada a bordo dos navios**. Para tal, surgiu o Decreto de 3 de outubro de 1837 (Santos, 1985, pp. 58), em que, no seu artigo 1.º, previu a transferência de uma esquadilha da Marinha, que se encontrava fundeada no Algarve, para o Ministério da Fazenda, no sentido de minimizar o contrabando que se praticava naquela zona.

Em 1864, o Corpo de Guardas de Alfândega veio a ser dividido em pessoal de serviço interno, que iria ser utilizado para **fiscalizações terrestres e flu-**

viais na raia, no litoral, **nos rios e nos ancoradouros; pessoal de fiscalização marítima;** e pessoal do “Corpo Especial” para auxiliar na fiscalização das Alfândegas no interior do país e para o tabaco (Santos, 1985, pp. 75).

Se até àquela altura o esforço de fiscalização quase sempre, se centrou na costa, em 1879 e com o intuito de evitar o contrabando no interior do país, surgiram as rondas volantes provisórias, que tinham como missão controlar as mercadorias, vigiando e observando as estradas que davam acesso aos principais mercados consumidores. Naquele mesmo ano, em 30 de maio (Santos, 1985, pp. 79), surgiu o “Tratado de Lourenço Marques”, em que basicamente, o Estado português permitia a intervenção inglesa no sistema aduaneiro português, ao autorizar a passagem das tropas inglesas pelas terras moçambicanas e os seus navios a policiar as águas territoriais daquela província.

Em 1883, foi reorganizada a competência de fisca-





Posto de Fronteira Marítima da BF/GNR

lização externa (Santos, 1985, pp. 84) e dividida em dois serviços. Um dos serviços passou a ser a **fiscalização de costa** e o outro, a **fiscalização nos portos, rios e enseadas**. Estes serviços eram realizados pelo pessoal da Armada, no primeiro caso, e os restantes pelo pessoal da fiscalização marítima. Esta divisão sofreu nova mutação em 1885, através dos Decretos de 17 de setembro (Santos, 1985, pp. 87), que ditavam a reorganização das Alfândegas e a unificação da fiscalização externa. A fiscalização externa viria a ser composta por uma estrutura militar, com vários corpos de Guardas de Alfândega que deram origem ao Corpo Especial da Força Pública, vindo, mais tarde, este corpo a ser denominado por Guarda Fiscal (GF). O Corpo da GF foi criado pelo Decreto n.º 4, de 17 de setembro de 1885, "*destinado privativamente ao serviço de fiscalização, terrestre e marítima, dos*

rendimentos públicos, cuja administração, cobrança e arrecadação está confiada à administração geral das alfândegas e contribuições indirectas."² Os seus efetivos ascendiam a 4827 homens, divididos pelos serviços terrestre, marítimo e fluvial. O serviço de fiscalização terrestre era exercido "*nas zonas fiscais da raia e litoral, no interior do paiz e nas ilhas adjacentes e tem por objecto principal: a repressão do contrabando e dos descaminhos aos direitos que se cobram nas alfândegas; a fiscalização, cobrança e arrecadação dos impostos do pescado, sal e real de agua; e todo o serviço fiscal da cultura, fabrico, venda e circulação do tabaco, tanto no reino como nas ilhas adjacentes*"³. O serviço de fiscalização marítima e fluvial era exercido "*nas aguas territoriaes, costas marítimas e portos, enseadas e ancoradouros do reino e ilhas adjacentes, e nos rios navegáveis communs ou con-*

2 - Artigo 1.º, do Regulamento Orgânico do Corpo da Guarda Fiscal

3 - Artigo 3.º, parágrafo 1, do Regulamento Orgânico do Corpo da Guarda Fiscal

4 - Artigo 3º parágrafo 2 do Regulamento Orgânico do Corpo da Guarda Fiscal

PELA LEI E PELA GREI

*finantes; e tem igualmente por objecto principal a repressão do contrabando e dos descaminhos aos direitos, e a polícia fiscal dos portos e ancoradouros no movimento das embarcações e mercadorias sujeitas a direitos cobrados nas alfandegas.*⁴

A queda do regime em vigor, em 1974, veio abrir outra perspectiva aos caminhos de Portugal dentro de uma Europa que, a pequenos passos, se vai tornando uma “aldeia global”. Daqui, à adesão de Portugal a uma união europeia, bastou uma dúzia de anos.

Já dentro da União Europeia, Portugal veio a aderir, em 25 de junho de 1991, ao Acordo de Schengen, juntamente com a Espanha. O Acordo de Schengen criou um espaço livre de circulação de pessoas e bens, suprimindo as fronteiras internas. Esta realidade obrigou os países integrantes a adotar medidas compensatórias, de forma a adaptar-se a esta nova situação.

Nesta altura, a Europa neutralizou as suas fronteiras internas, tendo sido suprimido o controlo de fronteiras terrestres com a nossa vizinha Espanha. As fronteiras em Portugal viriam a residir basicamente, nas fronteiras marítimas e aeroportuárias. Assim, foi imperativa uma reorganização estrutural na Guarda Fiscal, que culminou na sua extinção, em 1993. Esta extinção originou a integração das missões fiscais, aduaneiras e de **vigilância da fronteira externa (marítima) na Guarda Nacional Republicana**, através da criação da Brigada Fiscal, em 21 de setembro de 1993.

O LAOS já integrava a Vigilância da Fronteira Externa em Centros de Comando e Controlo?

O impulsor dos sistemas de vigilância costeira arquitetado para a segurança da costa, entenda-se “security”, foi o “Long Arm Operational System” (LAOS). Este era “*um sistema integrado de tecnologia, equipamento e pessoal, implementado ao longo da costa de Portugal Continental e a implementar nas Regiões Autónomas, com a finalidade primária de melhorar a capacidade operacional da Guarda Fiscal para a prevenção, descoberta e repressão da actividade de contrabando efectuado*



Posto de Observação LAOS

por acções de desembarque” (Instituto de Altos Estudos Militares [IAEM], 1991, p. 31). Verifica-se, que já em 1993, estava lançado o desafio para implementar o sistema ao longo da costa portuguesa, alargando-o, mais tarde, às regiões autónomas. Veio a realidade dizer-nos que nem este sistema foi implementado ao longo de toda a costa, e ainda os Açores e Madeira aguardam pela capacidade de vigilância daquela que, geograficamente, é uma das primeiras fronteiras externas da Europa para quem navega das Américas.

O sistema LAOS era composto por um “*Sistema, de detecção e identificação composto por postos de observação e radar, fixos e moveis, dispostos ao longo da costa por forma a possibilitar observação a longa distância, de dia e de noite*” e por “**Centros de Comando e Controlo** no Comando Geral, Comandos de Batalhão e CopAlgarve, aptos a receber e processar em tempo real, dados acerca do terreno, estado do mar, condições meteorológicas, efemérides, situação do adversário e de forças da G.F., por forma a tornar possível uma tomada de

decisão, que permita uma resposta rápida e efectiva às actividades de contrabando” (IAEM, 1991, p. 31). Ora, a sua organização já trazia um pouco daquilo que são as operações centradas em rede, com capacidade de comando e controlo.

Dizemos um pouco, pois na verdade, nem todas as capacidades do sistema eram disponibilizadas num comando central, em tempo real. De facto, existia uma hierarquia de centro nacional, centros regionais e operação local, o que não difere muito do que por vezes hoje se implementa em operações europeias (ex. operações da Frontex), em que se constitui um NCC (centro nacional de coordenação), RCC (centro regional de coordenação) e LCC (centro local de coordenação), além do ICC (centro internacional de coordenação), este agregando os

elementos dos diversos países representados nas operações. A organização referida é um pouco diferente do SIVICC, pois este não possui descentralização de centros de coordenação mas, por sua vez, oferece a um centro nacional todas as capacidades de operação do sistema em tempo real, com capacidade de comando e controlo direto sobre todas as forças em operação.

O conceito operacional do sistema LAOS baseava-se nas patrulhas de rotina, nas ações baseadas em informações e em recolhas operacionais. Tanto as patrulhas de rotina como as recolhas operacionais contribuíam para reunir informações sobre a preparação ou ocorrência de atividades ilícitas, além de mostrarem presença na zona, de modo a desincentivar essas atividades. O seu principal objetivo



PELA LEI E PELA GREI



Posto de Observação Móvel LAOS

era a luta contra as atividades de contrabando, mas foi também utilizado na proteção ambiental, no combate à imigração irregular e tráfico de droga, assim como no auxílio da segurança interna. Revisitando o conceito operacional do LAOS, percebe-se que há muito se trabalha num patrulhamento orientado pelas informações e que, no essencial, não difere substancialmente, do conceito operacional atual do SIVICC. É claro que a modernização tecnológica veio trazer alguma adaptação de coordenação, comando e controlo centralizado, que



Equipa de Vigilância

não era tão eficaz, assim como uma eficiência de meios e uma diminuição dos tempos de resposta aos incidentes, não só pela suas comunicações integradas (ex: VHF Marítimo, SIRESP e VOIP), mas também pelos sistemas de localização da ameaça e dos meios no terreno. Além disso, também o con-



YUVAL/LAOS

ceito LAOS era muito similar ao implementado no SIVICC, no que diz respeito ao modo de atuação e de integração de tecnologia, pois ambos os sistemas apresentam o conceito de deteção, identificação e coordenação da intervenção, obtidos dos sensores tecnológicos da vigilância e das suas componentes terrestres e marítimas, fundidos e apresentados num centro de coordenação. Relativamente à componente aérea, é importante esclarecer que, embora nunca tenha sido implementada em ambos os sistemas, houve sempre a preocupação de deixar a tecnologia pronta a receber a integração destes sensores, assim como ficou/está igualmente projetada a atuação tridimensional da vigilância e proteção da fronteira externa na Europa.

O LAOS operou quase vinte anos na vigilância da fronteira externa marítima, em trabalho contínuo

24 sobre 24 horas, 365 dias por ano, vindo a ser substituído pelo SIVICC.

Pelo Major de Infantaria

JOÃO EUFRÁZIO

Chefe do Centro de Comando e Controlo Nacional do SIVICC



Sistema de Imagem Infravermelha (IRIS) LAOS



Bibliografia:

Instituto de Altos Estudos Militares (1991). *Sistema LAOS: Meios e conceito de emprego*. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.
Santos, P. R. (1985). *Gênese e Estrutura da Guarda Fiscal*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Nota: Alguns excertos do texto relativo a "As origens da fiscalização e vigilância costeira" foram retirados do Trabalho de Grupo dos Capitães (à data) João Eufrazio, Miguel Araújo, Nuno Gonçalves e Felisberto Contente, apresentado na disciplina de História Militar, durante o Curso de Promoção a Oficial Superior, que decorreu no Instituto de Estudos Superiores Militares, no ano letivo 2011/2012.

O que é o SIVICC?

Caraterização do Sistema



Definição

O Sistema Integrado de Vigilância, Comando e Controlo (SIVICC) baseia-se numa plataforma tecnológica de comando e controlo, composta por um conjunto de Postos de Observação fixos e móveis, instalados ao longo da linha de costa de Portugal Continental, dotados de sensores que permitem a deteção, localização e identificação de ameaças no mar territorial, orla costeira e fronteira externa (marítima) da União Europeia. A sua implementa-

ção dotou a Guarda Nacional Republicana com capacidade de detetar, identificar e seguir embarcações com elevada precisão, possibilitando ainda, a centralização do Comando e Controlo permanente das suas unidades operacionais marítimas e terrestres, e uma intervenção seletiva sobre alvos pré-selecionados.

Linhas de Atuação

O SIVICC foi concebido primordialmente, para detetar atividades suspeitas no mar territorial, vigiar e seguir embarcações suspeitas, apoiar a atividade operacional das forças policiais e manter um constante fluxo de informações sobre o tráfego marítimo e atividades ilícitas ao longo da costa e da fronteira externa da União Europeia. As suas linhas de atuação compreendem a área *security*, para o qual foi desenhado, e a *safety* como atuação subsidiária. No âmbito da *security*, atua nas áreas de combate ao tráfico de droga, à migração irregular, às fraudes fiscais e aduaneiras, ao terrorismo, ao contrabando e ao tráfico de armamento. No âmbito da *safety*, atua no apoio a catástrofes ambientais, na proteção ambiental e na busca e salvamento.

Arquitetura

O SIVICC compreende vinte postos de observação fixos distribuídos ao longo de toda a orla costeira do continente, oito postos de observação móvel distribuídos pelas subunidades operacionais e equipamento portátil de visão noturna. A informação de todos estes sensores é recolhida, analisada, integrada e disponibilizada, em tempo real, nas estações de trabalho e no *video wall* do Centro de Comando e Controlo Nacional localizado no Comando da Unidade de Controlo Costeiro, em Lisboa e no Centro de Comando e Controlo Alternativo, situado no Algarve. Embora a sua utilização principal se baseie no comando centralizado, a operação local pode ser as-

sumida em qualquer momento. Os Postos de Observação Móvel reforçam a capacidade de deteção e identificação do sistema e estão habilitados a ser operados local ou remotamente, podendo substituir qualquer Posto de Observação Fixo.

SIVICC - CAPACIDADES

Deteção

O subsistema Radar permite ter um conhecimento posicional das embarcações que navegam no mar territorial, incluindo as de pequena dimensão e informar o operador sobre a respetiva posição, rumo, velocidade e tamanho.

Reconhecimento e Identificação

Os sistemas eletro-óticos permitem reconhecer e identificar, em tempo real, no Centro de Comando e Controlo ou, localmente, em cada Posto de Observação, as embarcações que naveguem, de dia ou de noite, junto à costa portuguesa.

Comunicações Integradas

SIRESP/VOIP/VHF MARÍTIMO

Para aumentar a capacidade de reação e coordenação das forças no terreno, o sistema integra os diferentes tipos de comunicações, permitindo ao operador SIVICC estabelecer contato direto com as patrulhas (terrestres e marítimas) equipadas com rádios de comunicações SIRESP e com embarcações a operar em canais rádio de comunicações do sistema móvel marítimo (VHF Marítimo). Permite ainda, estabelecer uma rede VOIP entre todas as estações de trabalho do sistema, quer se localizem nos postos de observação fixos ou móveis, quer em qualquer dos dois Centros de Comando e Controlo.

Gestão Aplicacional

No âmbito das atribuições da Guarda Nacional Re-



publicana, o sistema foi desenhado para que o operador possa gerir a aplicação SIVICC, de acordo com o tipo de missão. Por exemplo, é possível configurar alertas de quebras de segurança, caso se pretenda interditar uma área. O *software*, além de integrar os dados obtidos, permite efetuar o seu registo e gravação.

Localização

O sistema fornece igualmente ao operador, a localização de todas as forças no terreno. Esta capacidade permite um controlo efetivo das unidades operacionais, em tempo real. Com a integração desta informação, o operador tem o conhecimento situacional completo e conjunto das embarcações que fornecem informação cooperativa (ex: AIS¹), das que não fornecem informação (obtida através do radar SIVICC²) e ainda, o dispositivo de forças disponíveis para atuar com a respetiva identificação rádio (SIG-SIRESP³).

¹ O SIVICC integra a informação obtida pelo T-AIS (*Terrestrial-Automatic Identification System*) que é fornecida pela DGRM.

² As embarcações que não transmitem o seu posicionamento e identificação, automaticamente são detetadas pelos radares.

³ O SIG-SIRESP é uma funcionalidade desenvolvida pela Guarda Nacional Republicana por forma a permitir ter uma localização automática do posicionamento e identificação dos seus rádios de comunicações, permitindo assim, um conhecimento em tempo real, da localização das suas patrulhas terrestres e marítimas.



SIVICC – INTEROPERABILIDADE

Integração com sistemas externos

O SIVICC está em linha com o modelo nacional de vigilância, integrando sistemas externos de auxílio à identificação do conhecimento situacional marítimo, como são o caso do VTS (*Vessel Traffic Service*), AIS (*Automatic Identification System*) e da BDNNM (Base de Dados Nacional de Navegação Marítima). A análise, fusão e visionamento desta informação, com a obtida, através dos radares SIVICC e a localização das unidades operacionais da Guarda, permitem ao Centro de Comando e Controlo Nacional do SIVICC ter uma COP (*Common Operational Picture*), em tempo real, da situação marítima e costeira de Portugal continental.

Integração com sistemas de vigilância europeu

A interoperabilidade do SIVICC assume, em pleno, o modelo integrado de vigilância europeu, pois este sistema pode ser integrado com o sistema de vigilância de Espanha e com o sistema de vigilância das fronteiras externas da Europa, o EUROSUR.

SIVICC - EUROSUR⁴

Com a criação do espaço Schengen, todos os Estados-Membros passaram a deter responsabilidade na vigilância da fronteira externa da Europa. O EUROSUR é a ferramenta que visa potenciar a troca e partilha de informação, permitindo um conhecimento da situação das fronteiras europeias, nas áreas da criminalidade transfronteiriça, migração irregular e salvaguarda de vidas no mar. No plano operacional, o EUROSUR assume-se como uma rede de planeamento e coordenação de operações conjuntas de vigilância potenciado em Portugal, através do SIVICC.

Paradigma Operacional

Atuação Operacional da Unidade de Controlo Costeiro

A implementação do SIVICC trouxe um novo paradigma de atuação na segurança da costa portuguesa. O sistema constitui uma ferramenta de comando e controlo baseada na produção de informação obtida pelos seus sensores de deteção e identificação, mas também a partir do recurso de fontes humanas, com a exploração de informação no terreno. A gestão e operação do SIVICC são cometidas à Unidade de Controlo Costeiro da GNR, nos termos do artigo 40.º da Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro.

A atuação das forças rege-se pela triangulação **Informações, Vigilância e Intervenção**. Neste “*triângulo de atuação costeiro*” existe uma rápida e permanente troca de informação, que contribui para uma atempada deteção, identificação e intervenção da ameaça. As informações são a base fulcral da orientação do esforço do empenhamento das forças no terreno, originando a fusão da informação no Centro de Comando e Controlo Nacional do SIVICC e, a partir deste, a orientação para o subsequente policiamento.

As forças serão mais eficazes no combate à ameaça, desde que os vértices do triângulo este-

jam em permanente ligação. Assim, as informações orientam a vigilância e a intervenção, ao passo que a vigilância fornece informações para a intervenção e para o vértice das informações. Por fim, a intervenção oportuna permite devolver informações, seja para o reposicionamento da vigilância, seja para o vértice das informações.

Informações

O vértice das **Informações** é alimentado pela pesquisa efetuada pelas equipas operacionais da Unidade ou, através da partilha de informação dentro da própria Guarda, entre as autoridades portuguesas e entre as instituições internacionais, com competências específicas em determinadas áreas (p. ex.: FRONTEX, EUROPOL, MAOC-N).

Vigilância

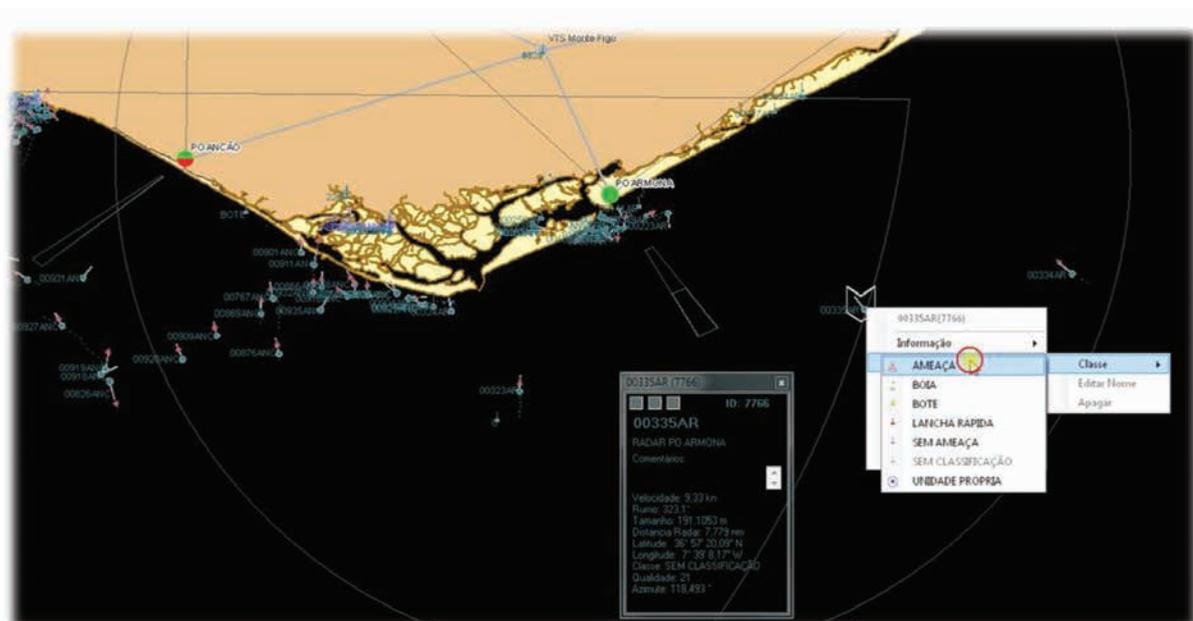
O vértice da **Vigilância** é composto pelos dados obtidos através dos sensores eletro-óticos (*IMINT - Imagery Intel*) e dos radares do SIVICC, como meio de deteção (*RADINT - Radar Intel*). Em terra, a vigilância é complementada com equipas apetrechadas de meios de vigilância e de visão noturna e de comunicações, que lhes permitem identificar, informar e interceptar as ameaças, se possível, em fla-

grante. No mar, a vigilância conta essencialmente, com as LVI (Lanchas de Vigilância e Intervenção), complementando a capacidade radar terrestre.

Intervenção

O vértice da **Intervenção** é constituído pelos meios de intervenção terrestre, marítimo e, eventualmente, aéreo, sendo orientado pelas informações e vigilância. Da intervenção são ainda obtidas informações recolhidas pelas fontes humanas (*HUMINT - Human Intel*) que vão ser reintroduzidas no ciclo de informação costeiro. Este vetor, embora constitua o corolário do conceito operacional da atuação costeira, só faz sentido, se as forças tiverem uma rápida e oportuna intervenção, fechando assim, todo o ciclo de atuação com o necessário e inerente sucesso.

A ligação dos vértices do “triângulo de atuação costeiro” é efetuada pelas componentes terrestre, marítima e aérea. Estas componentes constituem os braços operativos do sistema e corporizam toda a ação policial. Com a sua interligação atinge-se a eficácia no combate à ameaça, mas também de forma eficiente, na medida em que se otimiza o uso dos meios das componentes, tendo em conta a sua utilização a partir das informações do sistema.



PELA LEI E PELA GREI

forma eficiente, na medida em que se otimiza o uso dos meios das componentes, tendo em conta a sua utilização a partir das informações do sistema.

Ligação permanente ao dispositivo da Guarda

A evolução dos equipamentos e infraestruturas de circulação rodoviária em Portugal aumentou a capacidade de mobilidade da criminalidade, obrigando a uma maior coordenação entre unidades operacionais e de diferentes valências. Uma deteção da ameaça pode iniciar-se na fronteira externa e vir a ser intercetada na fronteira interna, não terminando, obrigatoriamente, na área molhada.

A gestão e operação do SIVICC vieram proporcionar um aumento de capacidade de coordenação no combate aos ilícitos por via marítima, na medida em que as suas componentes atuam em conjunto, com o dispositivo operacional da Guarda, quer em termos de implementação e atuação em todo o território continental, quer ao nível das suas diversas especialidades e valências.

Paradigma Operacional

Em suma, a concentração de informação num único

Centro de Comando e Controlo, proveniente das fontes tecnológicas e humanas do sistema, é *explorada para direcionar o policiamento da fronteira face às suas capacidades*. Esta forma de policiamento leva a melhores resultados operacionais e a uma economia de meios na condução das operações, materializando o paradigma operacional da “*atuação eficaz e eficiente*”.

Baseado no modelo do “*triângulo de atuação costeiro*”, a atuação da Guarda no combate às ameaças via marítima assenta, essencialmente, em estratégias de recolha de notícias sustentadas em fontes humanas (*HUMINT*) e em fontes tecnológicas (*IMINT* e *RADINT*), **contribuindo para um único sistema de informações interoperável com os já existentes**. Privilegia-se também, uma **estrutura única de Comando** que permite conjugar e coordenar três vetores fundamentais: pesquisa de informações – vigilância de costa – intervenção terrestre e marítima. Deixa, ainda, espaço para a cooperação entre autoridades com competência na área da vigilância da fronteira externa da UE, através da interoperabilidade de sistemas, em linha com o modelo de vigilância integrada da UE.



Utilidade Operacional



Ilustração 1 – Posto de Observação Fixo de Paimogo

O Sistema Integrado de Vigilância, Comando e Controlo (SIVICC) permitiu monitorizar 109.849 embarcações durante o ano de 2014. O SIVICC facultou o conhecimento situacional da orla costeira e mar territorial, funcionando em articulação com equipas operacionais no terreno (terra e mar), materializando um esforço conjunto, orientado para os resultados operacionais. Nesse sentido, a Unidade de Controlo Costeiro ficou a par de uma média mensal de 9.150 embarcações monitorizadas, contribuindo em larga escala para o cumprimento da missão da Guarda ao longo da orla costeira e mar territorial.

Em termos específicos, ao longo do ano de 2014, o Centro de Comando e Controlo Nacional (CCCN) do SIVICC teve intervenção direta em **146 ocorrências** relacionadas com atividades suspeitas de tráfico de estupefacientes e/ou contrabando, atividades no domínio dos recursos haliêuticos (pesca, regimes de primeira venda, áreas interditas), atividades no domínio da proteção ambiental e atividades de natureza fiscal e aduaneira.

Combate ao Contrabando e Tráfico de Droga

A costa portuguesa encontra-se nas rotas do crime transnacional, com destaque para o tráfico de droga. Neste sentido, a deteção oportuna e a eficiente gestão dos meios na interceção coloca à prova todas as potencialidades do SIVICC, contribuindo, cada vez mais para o necessário esforço de cooperação entre as várias autoridades, sem prejuízo das respetivas competências legais.

No ano de 2014, o SIVICC contribuiu para a ação da Unidade de Controlo Costeiro na interceção de um total de **5,7 toneladas de haxixe**, evitando a sua entrada através da costa portuguesa, na detenção de oito pessoas e na apreensão de quatro embarcações e uma viatura, todas relacionadas com este tipo de crime.

No âmbito da cooperação com outras autoridades, o SIVICC também contribuiu para o apoio ao controlo, seguimento e vigilância de embarcações e, posteriormente, ações como são exemplo a apreensão de **450kg de cocaína**, efetuada pela Polícia Judiciária portuguesa, em setembro de 2014, e **2,5**



Ilustração 2 – Monitorização de embarcação suspeita de tráfico de droga

toneladas de haxixe, efetuada pela *Guardia Civil* do Reino de Espanha, em abril e julho de 2014.

Ainda no domínio da cooperação, salienta-se a estreita coordenação existente entre o SIVICC e o SIVE/ES¹, refletindo a atuação conjunta da GNR e a *Guardia Civil* no troço de fronteira partilhada entre Portugal e Espanha, a qual permitiu a apreensão de **58 fardos de pólen de haxixe** (1.840kg) e uma embarcação de 7,70 metros com motor de 250cv, num valor total presumível de 60 mil euros, em 19 de novembro de 2014.

Proteção ambiental

Embora a utilização diária do SIVICC seja orientada para as atividades relacionadas com a segurança interna, muitas das ações subsidiárias de vigilância do mar territorial e orla costeira têm por objetivo a proteção ambiental, nomeadamente nas situações de deteção de descargas ilegais para o mar, poluição marítima, conservação da natureza, proteção de espécies e áreas protegidas, assim como a proteção de paisagens protegidas, parques e reservas naturais e ainda, zonas dunares.

Em 2014, a UCC efetuou **280 autos** no âmbito da Rede Natura, conservação da natureza e circulação/estacionamento em dunas. Também neste âmbito o SIVICC auxiliou na deteção de infrações ocorridas junto à orla costeira. Ainda no âmbito da conservação da natureza, o SIVICC também auxiliou



Ilustração 3 – Apreensão efetuada no dia 19 de novembro de 2014

na deteção de golfinhos, tartarugas e outras espécies animais que deram à costa nas praias portuguesas.

Fiscalização das atividades de pesca

No âmbito da vigilância, fiscalização e controlo das atividades de pesca, o SIVICC garante o apoio às unidades operacionais da UCC, nomeadamente, na deteção, prevenção e identificação de ilícitos relacionados com atividades de pesca em áreas interditas, em períodos de defeso e em zonas proibidas, seja pelo facto das embarcações não poderem exercer a respetiva atividade de acordo com as características da licença que possuem ou por se encontrarem em áreas protegidas. Também a pesca por arte do arrasto, por arte do cerco e por rede de emalhar têm merecido especial atenção da vigilância e acompanhamento do SIVICC, tendo em vista a proteção de espécies, pois através destes tipos de arte são perniciosos para os habitats e, consequentemente, afetam a produtividade e sobrevivência das espécies atingidas.

A atuação das unidades operacionais da UCC, em coordenação com o SIVICC, refletiu-se em 2014 na elaboração de **939 autos de contraordenação**, na **apreensão de equipamento relacionado com a atividade da pesca com valor de 136 mil euros** e na **apreensão de mais de 150 toneladas pescado com valor superior a 800 mil euros**.

¹ SIVE – Sistema Integrado de Vigilância Exterior. Sistema operado pela *Guardia Civil* do Reino de Espanha, em tudo muito semelhante ao SIVICC.



Ilustração 4 – Detecção de Golfinho após ter dado à costa na praia

Tributário, Fiscal e Aduaneiro

Também no âmbito tributário, fiscal e aduaneiro, o SIVICC tem contribuído para a coordenação e controlo das ações que se desenrolam no mar, fora das instalações portuárias, com vista à prevenção da fuga aos devidos impostos.

Conclusão

Os resultados operacionais permitem verificar que as características do sistema, aliadas à localização dos Postos de Observação Fixos/Móveis, incrementam a deteção e prevenção de atividades ilícitas e de apoio a missões de interesse público, em ações marítimas e terrestres, junto da linha da costa portuguesa. De realçar que todos os resul-



Ilustração 6 – Monitorização da abordagem de uma LVI a uma embarcação em atividade de pesca por arrasto



Ilustração 5 – Monitorização da Patrulha na intervenção junto de uma espécie que deu à costa na praia

tados operacionais surgem do esforço conjunto das componentes terrestre e marítima, considerados os “braços” do SIVICC.

Para além dos resultados operacionais apresentados, uma das mais-valias do SIVICC centra-se na redução das potencialidades do crime e das suas causas, constituindo um agente direto de dissuasão de atividades criminosas. No plano da prevenção primária e situacional destaca-se pelas suas capacidades tecnológicas, contribuindo assim para a redução da criminalidade, tanto quantitativa como qualitativamente e ainda para o desenvolvimento do espaço de colaboração e cooperação com outras entidades.



Ilustração 7 – Monitorização de pesca por rede de emalhar

EUROSUR



Ilustração 1 - Criminalidade Transfronteiriça (lança com droga)

Enquadramento

A criação do Sistema Europeu de Vigilância das Fronteiras (EUROSUR) surgiu como uma medida necessária para **reforçar o intercâmbio de informações e a cooperação operacional**, entre as autoridades nacionais dos Estados-Membros e também com a Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas dos Estados-Membros da União Europeia (Agência FRONTEX), criada pelo Regulamento (CE) n.º 2007/2004 do Conselho. O EUROSUR pretende dotar as autoridades nacionais e a FRONTEX com infraestruturas e instrumentos necessários para melhorar o conhecimento situacional e a sua capacidade de reação nas fronteiras externas dos Estados-Membros da União, a fim de **detetar, prevenir e combater a imigração ilegal e a criminalidade transfronteiriça** e de contribuir para garantir a **proteção e a salvaguarda da vida dos migrantes**¹.

Para a necessidade de implementação do EUROSUR, muito tem contribuído a utilização de embarcações pequenas e inadequadas à navegação marítima para o transporte de migrantes nas fronteiras externas marítimas meridionais, assim como embarcações com elevada potência que são utiliza-

das na criminalidade transnacional nas fronteiras externas mediterrânicas ocidentais. Neste desiderato, o EUROSUR pretende melhorar consideravelmente a capacidade operacional e técnica da Agência FRONTEX e dos Estados-Membros, nomeadamente, na **deteção dessas embarcações**, na **capacidade de reação**, na **melhoria do intercâmbio de informações e cooperação com outros órgãos, organismos e agências da União Europeia**, contribuindo assim para diminuir a criminalidade transnacional e reduzir o número de mortes de migrantes².

A aplicação do regulamento EUROSUR é obrigatória na **vigilância das fronteiras externas terrestres e marítimas**, nomeadamente, no controlo, deteção, identificação, seguimento, prevenção e interceção de passagens não autorizadas nas fronteiras. Pode-se aplicar igualmente, na vigilância das fronteiras aéreas e controlos nos pontos de passagem das fronteiras, se os Estados-Membros fornecerem voluntariamente essas informações ao EUROSUR. No entanto, não é aplicável a eventuais medidas jurídicas ou administrativas tomadas, quando as autoridades responsáveis de um Estado-Membro tenham intercetado atividades criminosas transfronteiriças ou passagens não autorizadas das fronteiras externas³.

¹ Parágrafo (1) do preâmbulo do Regulamento EUROSUR.

² Parágrafo (2) do preâmbulo do Regulamento EUROSUR.

³ Artigo 2.º do Regulamento EUROSUR.

Criação do Centro Nacional de Coordenação (CNC) de Portugal

Os Estados-Membros criaram Centros Nacionais de Coordenação (*NCC - National Coordination Centre* - na versão internacional adotada) para melhorar o intercâmbio de informações e a cooperação no domínio da vigilância das fronteiras entre si e com a Agência FRONTEX.

Portugal assumiu a criação do *NCC* Portugal desde 22 de março de 2012, através da instalação do nó EUROSUR em instalações da Guarda Nacional Republicana (GNR), mediante despacho do Ministro da Administração Interna. Este processo teve em consideração o âmbito e os objetivos do EUROSUR,



Ilustração 2 - NCC EUROSUR DE PORTUGAL

as competências e capacidades da GNR na vigilância das fronteiras marítimas e a importância do SIVICC na vigilância da fronteira marítima portuguesa, que também constitui a fronteira externa da União Europeia. Este mandato pressupõe a necessária **cooperação entre todas as forças policiais e militares**, de acordo com a lei nacional. Em 08 de maio de 2012, foi assinado o Memorando de Entendimento entre o Comandante-Geral da GNR e o Diretor Executivo da Agência FRONTEX.

No sentido de efetivar a cooperação policial, foram já nomeados os Oficiais de Ligação do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (12 de novembro de 2012) e da Polícia Judiciária (27 de outubro de 2014). Aguarda-se a resposta ao convite para nomeação dos restantes Oficiais de Ligação das autoridades com responsabilidade na vigilância da fronteira externa (Marinha, Força Aérea Portuguesa e Direção-Geral da Autoridade Marítima) e no controlo de mercadorias na fronteira externa (Autoridade Tributária e Aduaneira).

RESPONSABILIDADES E TAREFAS DO CNC⁴

No âmbito do quadro do EUROSUR, cada Estado-Membro designa, opera e mantém um CNC, sendo este o **único ponto de contato para o intercâmbio de informações com os outros CNC e com a Frontex**.

É responsabilidade do CNC:

- ***Assegurar o intercâmbio atempado de informações e a cooperação atempada entre todas as autoridades nacionais responsáveis pela vigilância da fronteira externa, assim como com os outros CNC e a Frontex;***
- ***Assegurar o intercâmbio de informações com as autoridades responsáveis a nível nacional pelas operações de busca e salvamento, pela aplicação da lei, pelo asilo e pela imigração;***
- ***Contribuir para uma gestão eficaz e eficiente dos recursos e do pessoal;***
- ***Criar e manter o quadro de situação nacional (NSP – National Situational Picture), nos termos***

⁴ Artigo 5.º do Regulamento EUROSUR.



Ilustração 3 - Evento EUROSUR (Criminalidade Transnacional)

do regulamento EUROSUR;

- Apoiar o planeamento e a execução das atividades de vigilância das fronteiras nacionais;
- Coordenar o sistema nacional de vigilância das fronteiras, em conformidade com a legislação nacional;
- Contribuir para a avaliação periódica dos efeitos das atividades de vigilância das fronteiras nacionais, para os fins do regulamento EUROSUR;
- Coordenar as medidas operacionais com os ou-

tros Estados-Membros, sem prejuízo das competências da Agência FRONTEX e dos Estados-Membros.

O NCC Portugal funciona vinte e quatro horas por dia e sete dias por semana, garantindo assim, a permanente funcionalidade do sistema EUROSUR, em perfeita integração e coordenação com o SIVICC, assumindo-se, em parte, como um centro de comando e controlo da vigilância responsável pelo troço de fronteira de Portugal.

Quadro de Situação Nacional – NSP (National Situational Picture)

O cumprimento da missão é garantido através de cerca de uma centena de militares afetos às funções de supervisão, coordenação, gestão e operação dos sistemas SIVICC e EUROSUR, complementadas com o restante efetivo da Unidade de Controlo Costeiro que efetivam a intervenção, na sequência de uma primeira deteção, no quadro da situação nacional.

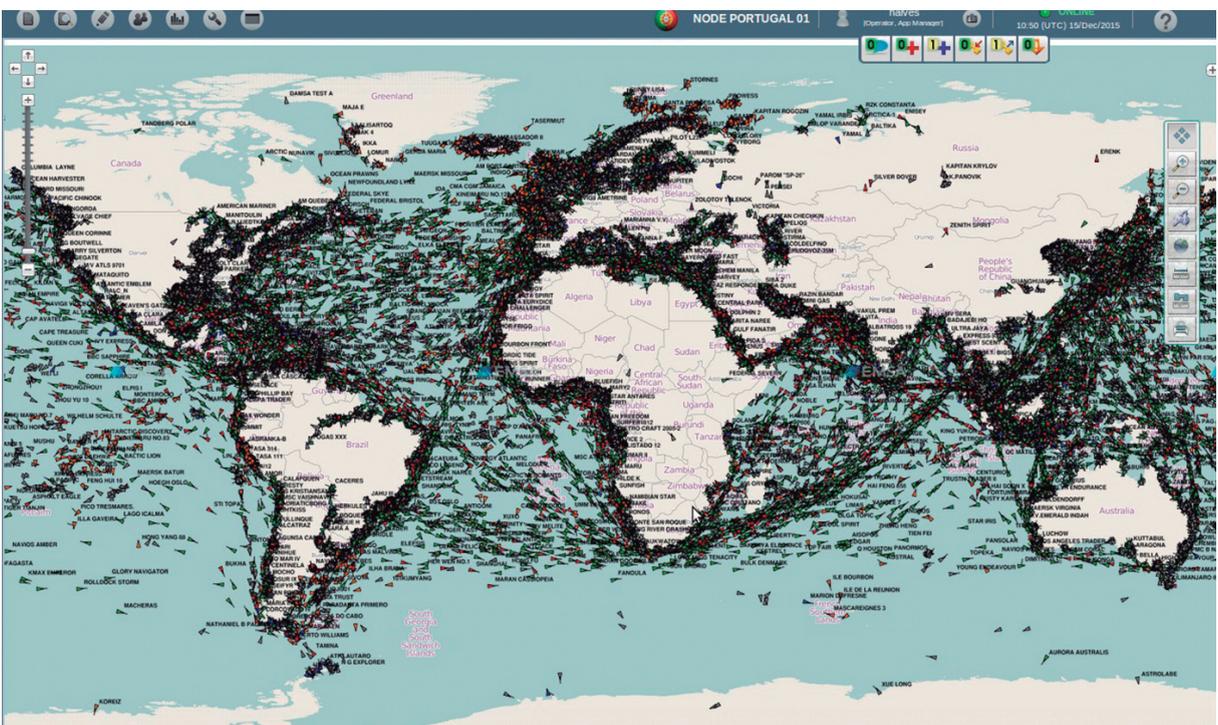


Ilustração 4 - Posicionamento Global de Navios (ImDate - EMSA)

O quadro de situação nacional fica completo com as informações provenientes de⁵:

- Restantes Unidades da Guarda;
- **Sistema nacional de vigilância das fronteiras**, nos termos da lei nacional;
- **Sensores fixos e móveis** operados pelas autoridades nacionais com responsabilidades em matéria de vigilância das fronteiras externas;
- **Patrulhas em missão de vigilância das fronteiras e outras missões de controlo**;
- Centros de coordenação locais, regionais e outros;
- Outras autoridades e sistemas nacionais relevantes, incluindo os **Oficiais de Ligação, Centros Operacionais e pontos de contato**;
- **Frontex**;
- Centros nacionais de coordenação dos outros Estados-Membros;
- Autoridades de países terceiros, com base nos acordos bilaterais ou multilaterais e através das redes regionais;
- Sistemas de notificação de navios, nos termos das respetivas bases jurídicas;
- Outras organizações europeias e internacionais

relevantes e outras fontes.

Ocorrências com impacto no Quadro de Situação Europeu

O primeiro ano de aplicação do regulamento EUROSUR no NCC Portugal permitiu contabilizar um total de 17 eventos relacionados exclusivamente, com a vigilância da fronteira externa e com o impacto no quadro de situação europeu. A maioria dos eventos introduzidos na rede EUROSUR diz respeito à criminalidade transfronteiriça, fruto das ações de vigilância e patrulhamento terrestre e marítimo efetuado pelas autoridades portuguesas, as quais tiveram um contributo da Guarda Nacional Republicana superior a 2500 ações.

Por coincidência, o diploma que regula o funcionamento do EUROSUR entrou em vigor no mesmo dia em que se verificou o funcionamento pleno do SIMCC – 02 de dezembro de 2013. A conjugação da implementação de ambos os sistemas será, certamente, um fator preponderante para o sucesso do modelo integrado de vigilância da fronteira externa da União Europeia.

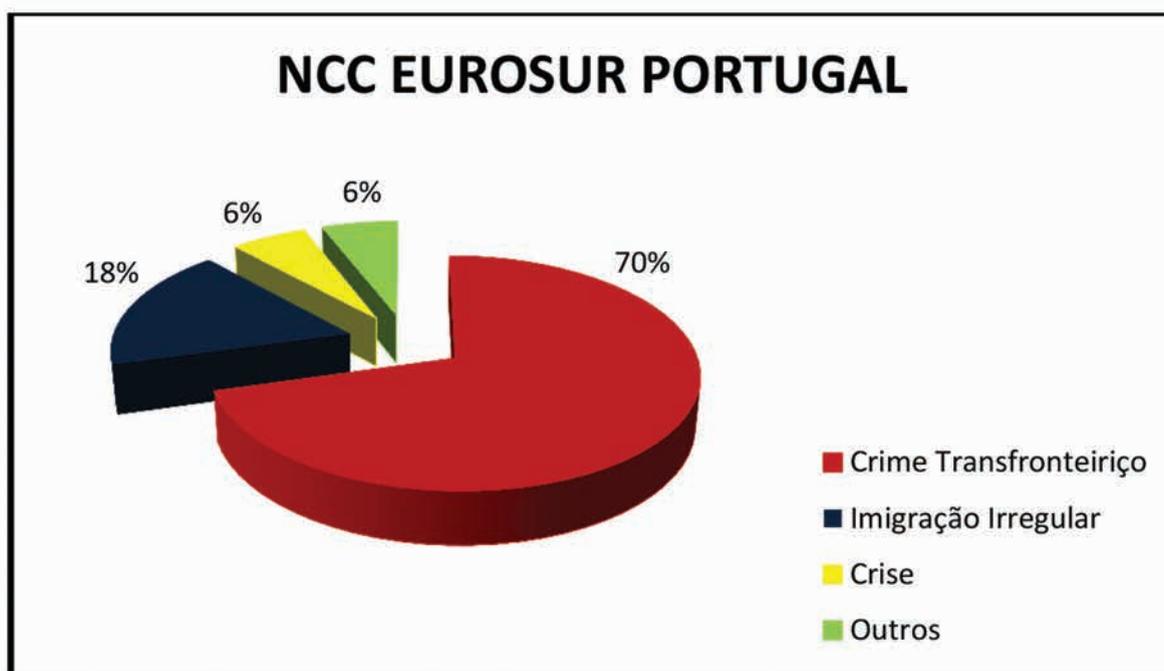


Ilustração 5 - Percentagem de ocorrências registadas no NCC Portugal, no espaço de um ano, a contar da implementação do regulamento EUROSUR (02 de dezembro de 2013).

⁵ Artigo 9.º do Regulamento EUROSUR.

PELA LEI E PELA GREI



Ilustração 6 - NCCs EUROSUR implementados

Implementação dos CNC pelos Estados-Membros

Atualmente estão estabelecidos 30 CNC pelos Estados-Membros e Países Schengen associados, assim como o Centro da Frontex. Numa primeira fase, Bulgária, Estónia, Grécia, Espanha, França, Croácia, Itália, Chipre, Letónia, Lituânia, Hungria, Malta, Polónia, Portugal, Roménia, Eslovénia, Eslováquia e a Finlândia estabeleceram oficialmente um CNC, a partir de 2 de dezembro de 2013⁶, juntamente com o Centro da Frontex, enquanto os restantes Estados-Membros estabeleceram oficialmente um CNC, a partir de 1 de dezembro de 2014⁷.

À semelhança do NCC Portugal, existe um grande número de Centros implementados com funções de Comando e Controlo (BG, CRO, CY, EE, HU, IT, LV, MT, PT, SI, ES), estando limitados às atribuições da autoridade que gere o CNC.

No âmbito da cooperação interagências, com exceção da Polónia e Eslováquia, todos os CNC que aplicaram o regulamento em 2013⁸, cooperam com as outras autoridades nacionais. A maioria desses Centros (BG, CRO, CY, EE, FIN, FR, IT, LV, LT, MT, NOR, PT, RO, SI, ES) também coopera com as Forças Armadas.

No que diz respeito à cooperação com os Centros Marítimos de Busca e Salvamento (MSRCC - *Maritime Search & Rescue Coordination Centres*), com exceção da Polónia, todos os CNC que aderiram à primeira fase do EUROSUR (2013⁹), cooperam com estas entidades. No entanto, poucos são os que funcionam juntos (ex.: MT, EL), pois a maioria dos MSRCC funcionam sob a responsabilidade de outra autoridade (ex: Autoridade Marítima ou Guarda Costeira).



Ilustração 7 - NCC EUROSUR DE ITÁLIA



Ilustração 8 - NCC EUROSUR DE ESPANHA

⁶ Embora os Centros possam ter iniciado funções muito tempo antes, como foi o caso de Portugal que iniciou o seu funcionamento em 2012, esta é a data de aplicação do regulamento EUROSUR para os EM indicados.

⁷ Também estes EM podem ter iniciado funções antes de 01 de dezembro de 2014.

⁸ Apenas estão em análise os NCC que aderiram à primeira fase do EUROSUR.

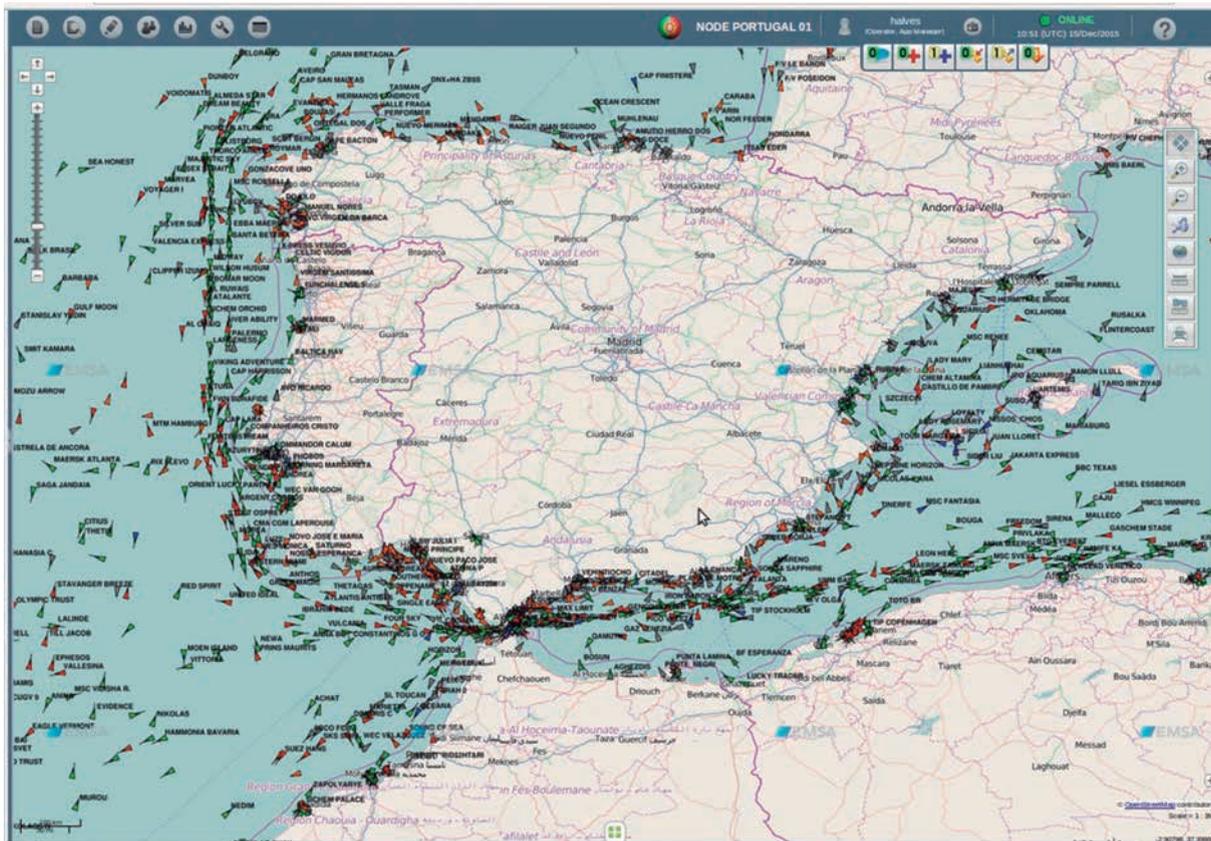


Ilustração 9 - Posicionamento de navios na costa portuguesa

Eurosur – Desafios Futuros

CONSTITUIÇÃO DE REDE DE OFICIAIS DE LIGAÇÃO

Para que o EUROSUR funcione devidamente, é indispensável que todas as autoridades nacionais responsáveis pela vigilância das fronteiras externas cooperem, nos termos da legislação nacional, através do respetivo CNC. Nesse sentido, a Guarda tem feito esforços para que a essas autoridades procedam à nomeação de Oficiais de Ligação, de forma que Portugal assuma uma coordenação integrada da vigilância da fronteira.

EUROSUR - Utilidade Operacional para as Autoridades Nacionais

O CNC EUROSUR de Portugal tem todas as condições para assegurar a permanência dos Oficiais de Ligação e fornecer acesso em tempo real, a um

conjunto de informação global em termos de vigilância da fronteira e além fronteira. O Centro constituiu-se como um ponto de contato para fornecer apoio às operações de vigilância e patrulhamento, com diverso tipo de informação, nomeadamente: AIS⁹ Terrestre, AIS Satélite, LRIT¹⁰, Imagem Satélite (SAR¹¹ e Ótica), VMS, Dados Meteorológicos e Oceanográficos, Ferramentas de Simulação Marítima, Alertas de Posicionamento Global, entre outros.

Além desta informação que já está disponível e em fase de utilização, também se constitui num desafio, a implementação da integração dos dados dos sensores aéreos pilotados (presencialmente ou remotamente) no CNC, por forma a aumentar a capacidade de vigilância e deteção do NCC Portugal.

⁹ *Automatic Identification System* – Sistema Automático de Identificação de Navios baseado na transmissão de frequências (muito altas) de sinal rádio.

¹⁰ *Long Range Identification and Tracking* – Sistema Global de Identificação e Seguimento de Navios baseado em comunicações satélite.

¹¹ *Synthetic Aperture Radar Satellite Imagery* – Imagens com recurso a satélites de abertura sintética.

¹² O projeto é apresentado em artigo separado – Projeto LMPA (*Light Maritime Patrol Aircraft*).

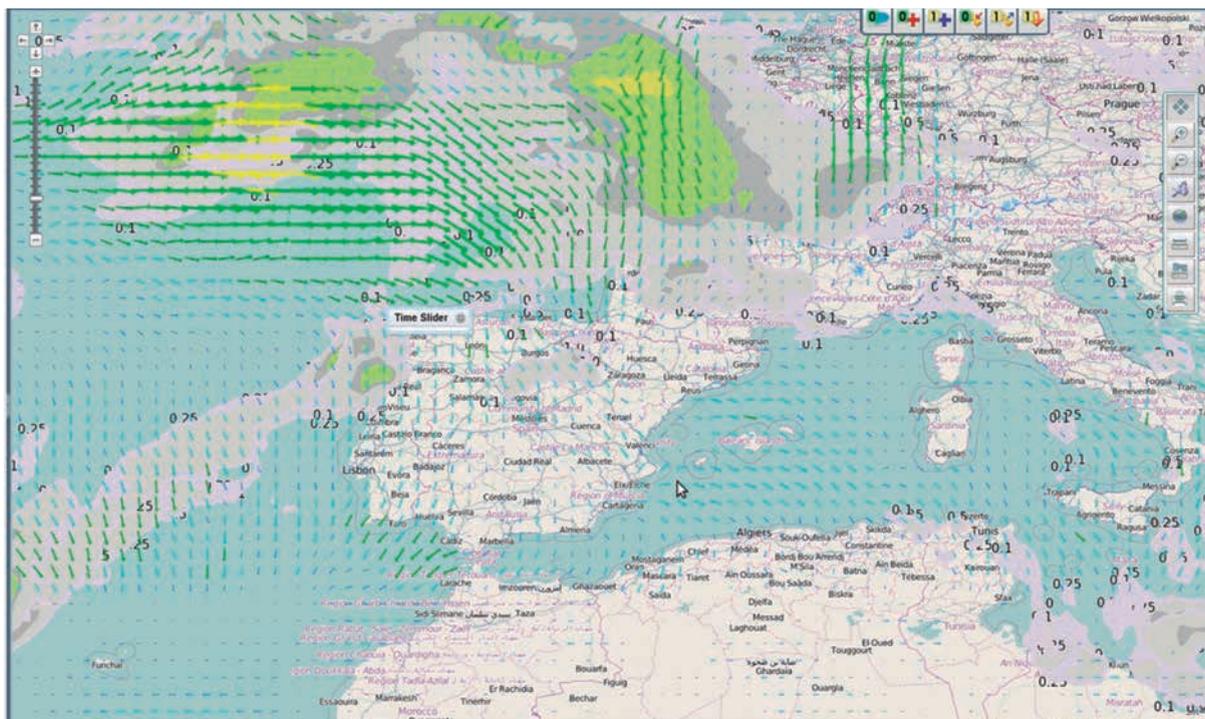


Ilustração 10 - Previsão meteorológica (vento)

Este projeto LMPA (*Light Maritime Patrol Aircraft*) espera contribuir para a componente aérea do EUROSUR/SIVICC¹².

Modelo Europeu de Gestão Integrada das Fronteiras Externas e da Estratégia de Segurança Interna da União Europeia

A Guarda está a desenvolver processos que contribuem para o modelo europeu de gestão integrada das fronteiras externas e da Estratégia de Segurança Interna da União Europeia, em linha com o regulamento EUROSUR, especificamente, nas suas áreas de responsabilidade de gestão da vigilância de fronteira que passamos a indicar:

- ✓ Aumento da capacidade de vigilância, coordenação e intervenção nos troços de fronteira de responsabilidade conjunta entre Espanha e Portugal, materializando-se através da **ligação do sistema português (SIVICC) com o sistema espanhol (SIVE)**, nas fronteiras sul (Vila Real de Santo António – Ayamonte) e norte (Caminha –

Pontevedra) e ambos os sistemas na rede EUROSUR. A integração na rede EUROSUR traduz os objetivos europeus de uma vigilância integrada europeia.

- ✓ **O EUROSUR contribuirá ainda para a criação do ambiente comum de partilha de informações (CISE – *Common Information Sharing Environment*)** para a vigilância do domínio marítimo da União, proporcionando um quadro mais amplo para o conhecimento da situação marítima, através do intercâmbio de informações entre as autoridades públicas de todos os setores da União.
- ✓ **Expansão do EUROSUR às Regiões Autónomas da Madeira e Açores**, no sentido de implementar gradualmente, os Centros Regionais de Coordenação (*RCC - Regional Coordination Centre*) com a necessária capacidade de integrar os objetivos europeus da vigilância integrada.
- ✓ Incrementar o intercâmbio de informações e cooperação com países terceiros vizi-

¹² O projeto é apresentado em artigo separado – Projeto LMPA (*Light Maritime Patrol Aircraft*).

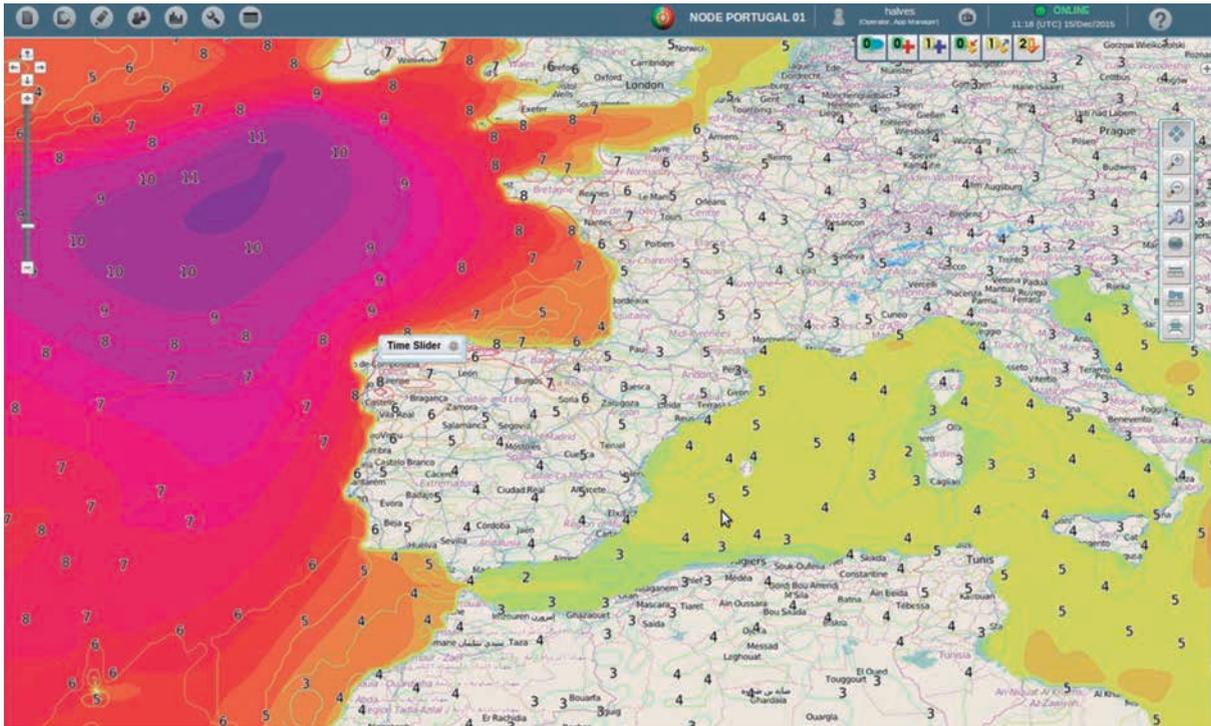


Ilustração 11 - Previsão meteorológica (temperatura)

nhos, através da **implementação de rede regional mediterrânea**, em linha com o re-

gulamento EUROSUR e no sentido de contribuir para os seus objetivos.

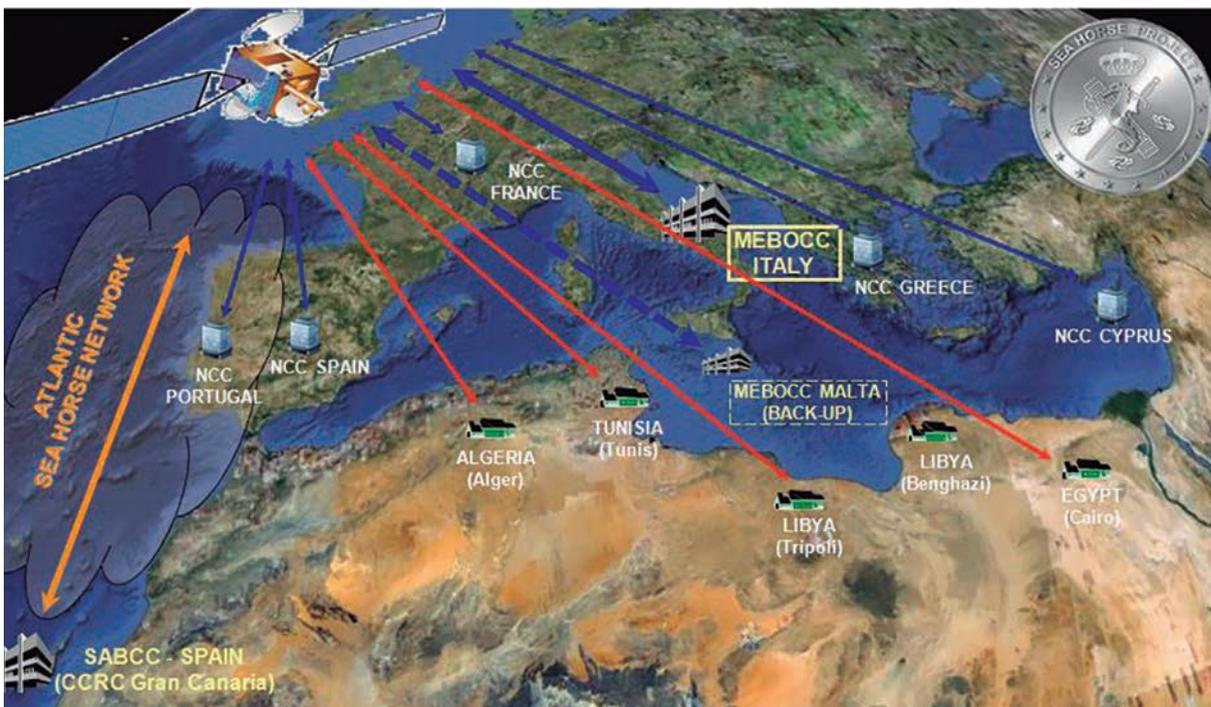


Ilustração 12 - Projeto de implementação de rede regional mediterrânea (Seahorse Mediterrâneo)

A vigilância por satélite na Guarda



Services Activations for GRowing Eurosur's Success

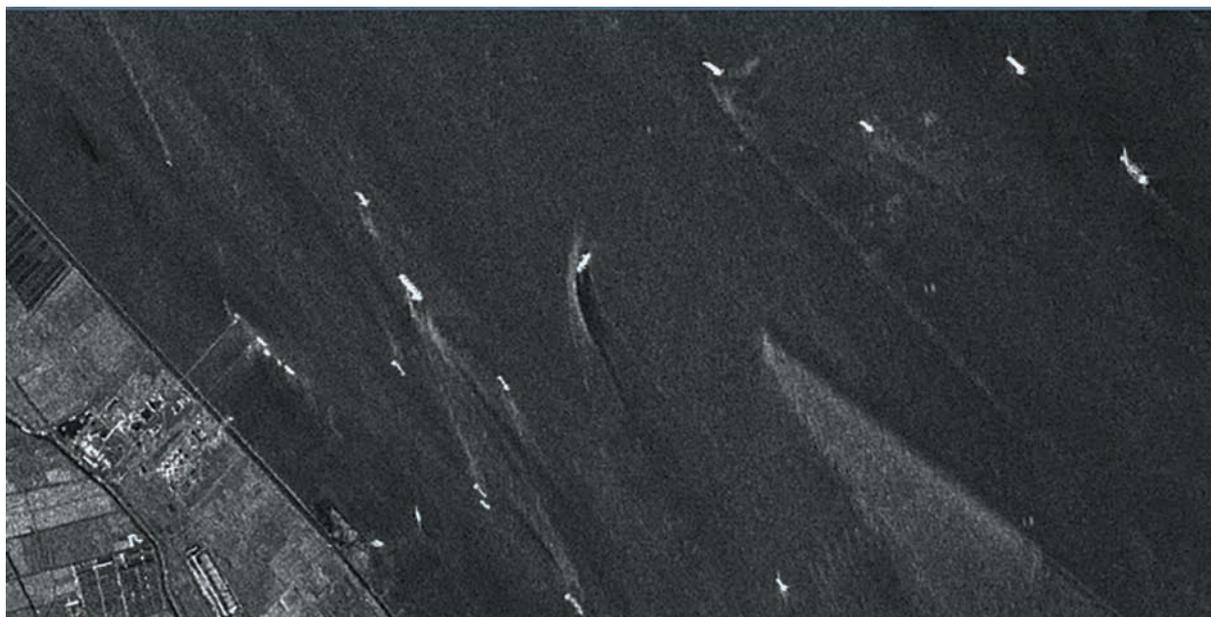
O projeto de investigação e desenvolvimento (ID) SAGRES (*Services Activations For Growing Eurosur's Success*), representa para a Guarda o envolvimento e a contribuição para uma ferramenta de vigilância, mediante a utilização de tecnologias de imagem por satélite.

Podendo não ser um projeto pioneiro no contexto destas tecnologias, nem uma novidade para pessoas interessadas nestas matérias, foi, com certeza, um contributo enorme para vencer o desafio à **deteção de pequenas embarcações**, incluindo-se no *roadmap* da ativação dos serviços e ferramen-

tas de vigilância que vieram a contribuir para o desenvolvimento do Sistema Europeu de Vigilância das Fronteiras Externas EUROSUR (*EUROpean external border SURveillance system*).

Atualmente, a tecnologia de deteção de embarcações através de satélites, com radares de abertura sintética, conhecidos por SAR (*Satellite Aperture Radar*), já está desenvolvida para a deteção de navios com alguma dimensão considerável, pelo que, o grande desafio do projeto focou-se na deteção de embarcações entre os 5 a 10 metros, as quais coincidem, maioritariamente, com as pequenas embarcações que saem (quase) diariamente, da costa do Norte de África com destino à Europa.

O projeto é liderado pela empresa GMV, que se propôs apoiar o teste pré-operacional e a implementação dos componentes de tempo crítico do conceito operacional CONOPS, através da rede EUROSUR. O CONOPS é concebido pela FRONTEX, pela Agência Europeia de Segurança Marítima EMSA (*European Maritime Safety Agency*), pelo Centro de Satélites da União Europeia EUSC (*European Union Satellite*



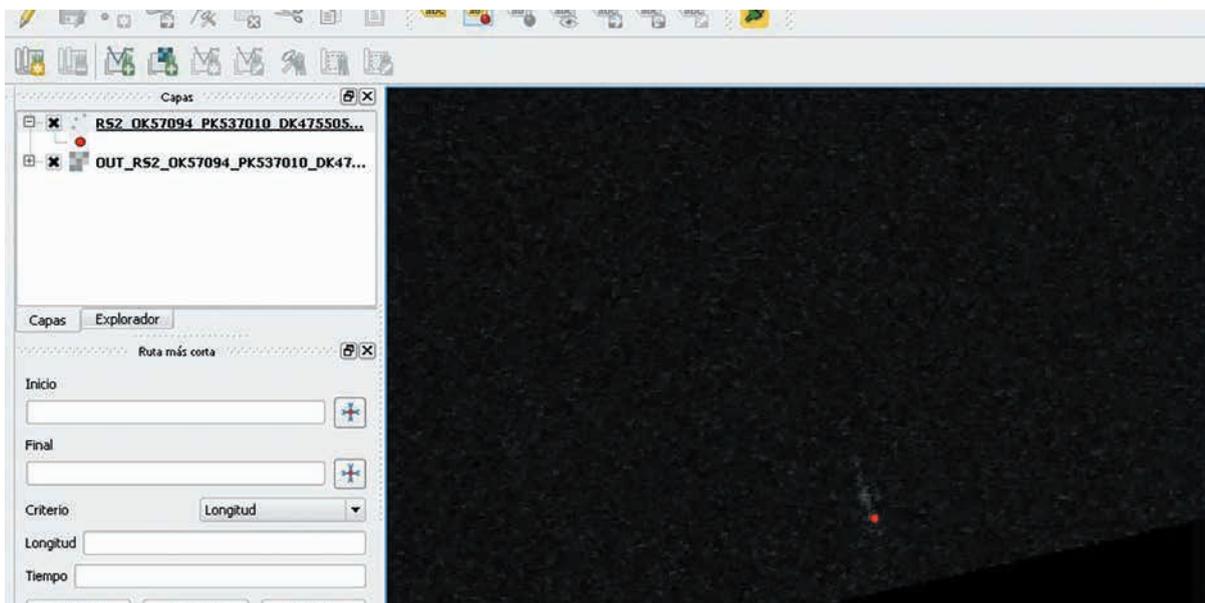


EAV em posição para captura de imagem satélite.

Centre), o Centro Comum de Investigação JRC (*Joint Research Center*), pela Agência Espacial Europeia ESA (*European Space Agency*) e ainda pela Comissão Europeia, resumindo um conjunto de serviços previstos pela comunidade de utilizadores (onde a Guarda se inclui), a fim de cobrir um conjunto de necessidades operacionais em matéria de vigilância das fronteiras. Os cenários de aplicação

são a monitorização de navios em alto mar e em portos fora dos limites da Comunidade Europeia e a monitorização da zona de costa dos países fora dos limites da Comunidade Europeia..

A Guarda participou nos testes de validação dos serviços, empenhando Lanchas de Vigilância e Interceção (LVI) e Embarcações de Alta Velocidade (EAV), aferindo e validando a precisão da deteção



Processamento da imagem satélite na área de operação



resultante das imagens captadas por satélite na área de operação.

Foi devido a uma ativação dos serviços do projeto SAGRES, que na noite de 16 de setembro de 2014, foi detetada por satélite (RADARSAT-2), uma pequena embarcação de borracha, com sete metros de comprimento, que viria a ser resgatada pela Marinha Francesa, **tendo possibilitado o salvamento de 38 migrantes** no mar de Alboran. O local da deteção situou-se aproximadamente a 12 milhas náuticas de Melilla e 49 milhas náuticas de Algeciras¹.

A embarcação já perfazia três dias à deriva com o

motor avariado e encontrava-se na área de operação do satélite, exactamente, no momento em que este efetuou o registo da imagem – *coincidência?!* O processamento da informação obtida por satélite veio dar a indicação da presença de possível embarcação, que viria a ser encontrada no dia 17 de setembro, pela manhã, a cerca de 14,5 milhas náuticas da posição inicial da deteção satélite. Apesar da sua fase embrionária de integração na rede EUROSUR, o projeto SAGRES já começou a contribuir para a vigilância das fronteiras e proteção da vida humana.

A Guarda na vigilância das fronteiras da União Europeia

A Unidade de Controlo Costeiro (UCC), desde a sua criação pela Lei n.º 63/2007, de 06 de novembro, que aprovou a orgânica da Guarda Nacional Republicana, tem participado em várias missões internacionais de vigilância das fronteiras marítimas e terrestres da União Europeia, no âmbito da Agência Europeia FRONTEX, com o objetivo de combater a migração irregular e o crime transfronteiriço. As missões atribuídas à Unidade de Controlo Costeiro têm ocorrido, essencialmente, nas fronteiras terrestres da Grécia e Bulgária com a Turquia; da Hungria com a Ucrânia e a Sérvia; da Letónia e Li-

tuânia com a Bielorrússia e a Rússia; e nas marítimas, em todo o Mar Mediterrâneo e Mar Egeu.

A Unidade de Controlo Costeiro, no âmbito das missões atribuídas, tem utilizado meios terrestres e marítimos, nomeadamente, viaturas de todo-o-terreno, meios de visão noturna com grande capacidade de deteção e identificação, Lanchas de Vigilância e Interceção (LVI), e Embarcações de Alta Velocidade (EAV).

As missões cumpridas pela UCC têm levado à deteção de um número considerável de migrantes irregulares, tendo apreendido várias embarcações





Ação de vigilância da costa com meios de observação (Operação POSEIDON SEA – 2014)

que eram usadas para o transporte dos mesmos ou para outros fins ilícitos.

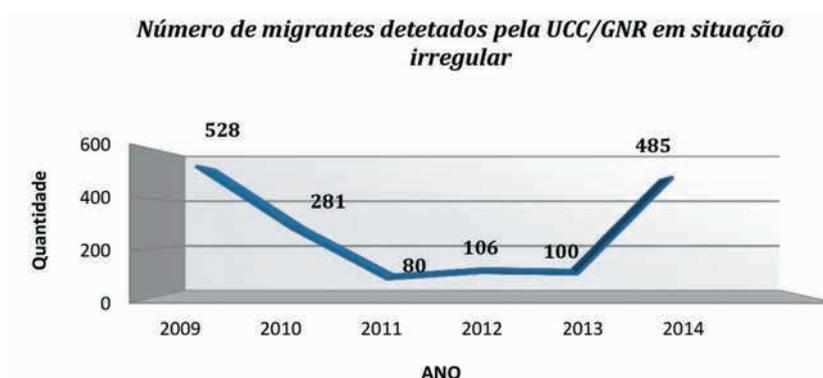
Os grandes impactos dos resultados operacionais têm-se verificado no mar Egeu (Grécia-Turquia), não só pelos números apresentados, mas também pelas condições dos migrantes, no momento do seu resgate no mar.

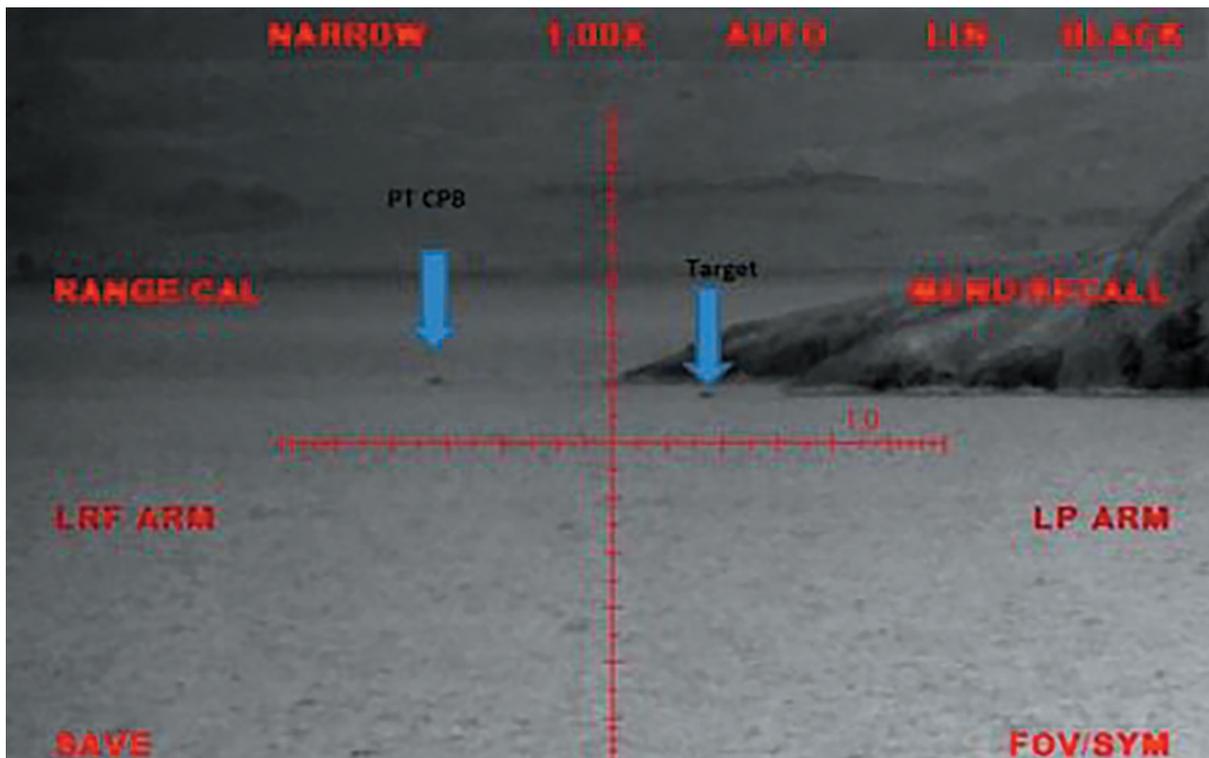
Em 2014, a Unidade de Controlo Costeiro participou na Operação “Poseidon Sea”, com início em 01 de junho, e retração da Força, em 31 de agosto. Esta Missão, que decorreu na fronteira marítima Greco-Turca, contou ainda com o empenhamento

de um oficial coordenador no Centro Internacional de Coordenação (ICC - *International Coordination Centre*), em Piraéus (Grécia).

A Ilha de Samos (Grécia), foi a área operacional atribuída à Guarda, que se fez representar através de duas equipas marítimas e uma Embarcação de Alta Velocidade (EAV), duas equipas de vigilância terrestre, equipadas com meios de visão nocturna, e uma viatura 4X4, assim como o respetivo Comandante da Força, perfazendo um total de treze militares.

Os militares da UCC **detetaram 345 (trezentos e quarenta e cinco) migrantes irregulares**, dos





Coordenação de vigilância e intercepção das equipas da Guarda na Operação Poseidon Sea 2014, mostrando a deteção de uma embarcação que veio a ser intercetada com 40 migrantes a bordo

quais, 70 (setenta), em coordenação entre as equipas terrestres e marítimas. Destas deteções resultaram **295 (duzentos e noventa e cinco) resgatados**, dos quais **37, corresponderam a salvamentos em pleno mar Egeu**.

Nesta operação, foi possível colocar em prática a longa experiência que transitou da Brigada Fiscal para a Unidade de Controlo Costeiro, no uso de equipamento de vigilância (antigo sistema LAOS e o mais recente sistema SIVICC, bem como os atuais sistemas de visão noturna), permitindo que a Unidade atuasse em plena coordenação, entre os meios terrestres e marítimos disponíveis no local.



FRONTEX

Network Centric Operations



Fonte: <http://defense.update.com/products/t/twister.htm>

Depois do elevado investimento realizado em Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), as organizações perceberam que estas ferramentas não são suficientes, por si só, para solucionar os problemas das mesmas. É, por isso, necessário adotar metodologias que potenciem e explorem ao máximo as TIC, traduzindo-as em aumentos de eficácia das organizações.

A metodologia NCO (*Network Centric Operations*) tem sido adotada por algumas organizações militares, tornando-as forças ágeis e autossincronizadas que exploram e tiram partido das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). A adoção desta metodologia surgiu com a necessidade de reduzir o tempo operacional, organizado como OODA Loop (Boyd 1987), Observar, Orientar, Decidir e Agir,

sendo cada vez mais uma exigência nas organizações militares, como garantia de antecipação às ações do Adversário. Ora, a NCO visa isso mesmo, pois através de uma superioridade de informação, que é partilhada corretamente em tempo útil e a quem dela necessita, permite obter decisões e consequentes ações mais eficazes. Entende-se por Superioridade de Informação, segundo Alberts, Garstka, Hayes and Signori (2001, p. 53), “...estado de desequilíbrio a favor de alguém (vantagem relativa) no domínio da informação que é obtida através da capacidade de obter as informações certas, na forma correta, negando a capacidade de atuação de um adversário.” (tradução nossa).

Além da aplicação militar, esta metodologia tem sido igualmente aplicada em outros domínios, tais

como às empresas, nas quais tem permitido maior eficiência, capacidade de resposta e utilização de uma logística “*Just in Time*”, como forma de garantia de sobrevivência, num ambiente cada vez mais complexo e volátil. Fonte: <http://defenseupdate.com/products/t/twister.htm>

A adoção da metodologia NCO permite que as organizações estejam melhor preparadas, num ambiente em permanente mudança, tornando-as mais flexíveis e capacitadas para dar uma resposta adequada e atempada às alterações do seu ambiente. A superioridade de informação garante a percepção da necessidade de mudança, perante o ambiente da Era da Informação, caracterizado por ser complexo e dinâmico.

Alberts & Hayes (2006, p. 33) defendem que “... *embora o comando e controlo seja necessário, não é suficiente para garantir o sucesso.*” (tradução nossa). Isto acontece porque o comando e controlo (C2) por si só, não é suficiente para a obtenção de

fortes benefícios, sendo necessário aplicar um conceito operacional que permita que os procedimentos explorem ao máximo, toda a agilidade do sistema composto por equipamentos e humanos. Ora, em virtude do conceito operacional basear-se numa metodologia específica e em processos de trabalho bem definidos, a metodologia NCO pode ser adotada em organizações onde o C2 seja relevante ao nível operacional, uma vez que possibilita a integração da informação na decisão e garante uma actuação sincronizada. Os benefícios refletem-se, essencialmente, na redução da distância entre o Comandante da Força e os seus recursos operacionais, através de uma comunicação direta, o que permite limitar o tempo e o ruído, bem como maximizar a verosimilhança da informação, desde o remetente até ao recetor final. Além desse benefício, verifica-se outro indireto, porquanto permite aos Comandantes intermédios um melhor controlo e monitorização da operação, corrigindo ações que



PELA LEI E PELA GREI

sejam necessárias, em vez destes dispensarem muito do seu tempo a explicar aos operacionais o que se pretende. Fonte: https://www.e-education.psu.edu/geog882/19_p5.html

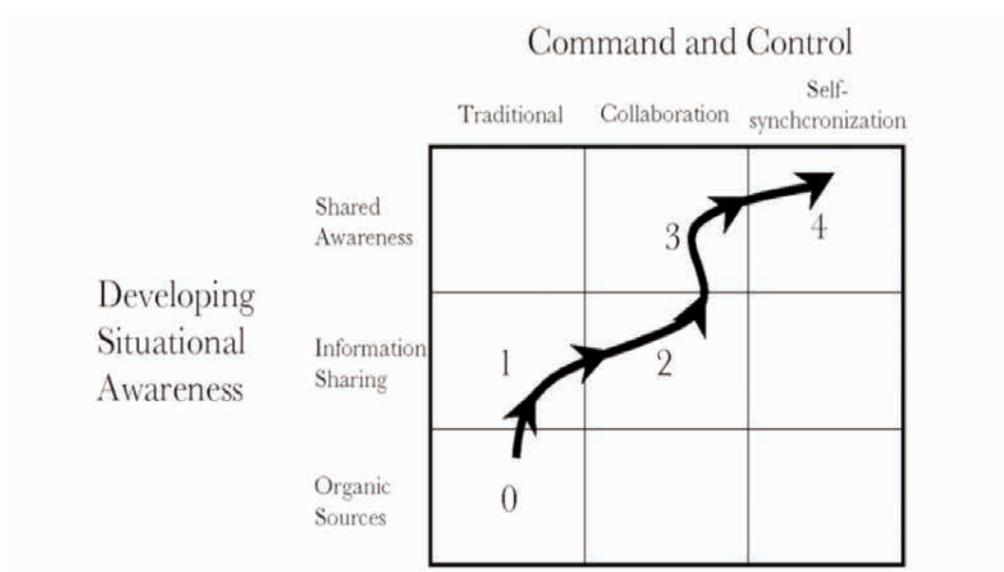
Com as NCO atribui-se o correto *empowerment* a cada operacional, de forma a que este possa cumprir a sua missão corretamente. Perceba-se que numa situação de transmissão de informação de um superior hierárquico para um subordinado, muitas vezes existem falhas, seja porque o primeiro se esquece de transmitir dados importantes ou porque o segundo não percebeu e não perguntou por se sentir constrangido, perante aquela relação superior hierárquico-subordinado. Com a condução das NCO a informação necessária para o cumprimento da missão passa a estar disponível diretamente ao subordinado, não havendo desculpas para que ele não a consulte e não saiba, efectivamente, o que tem de fazer. Com isto, é criada uma sensibilização dos ope-

racionais para as questões inerentes ao cumprimento da missão, a qual muitas vezes, não é criada com a tradicional transmissão de informação do superior para o subordinado.

O desenvolvimento da percepção da situação, decorrente da adoção dos princípios das NCO (ver Figura 1), passa por diversos níveis de maturidade, no que se refere ao processo de tomada de decisão (C2). O objetivo será adquirir uma total percepção da situação que permita garantir uma atuação autossincronizada da Força.

A autossincronização da força permitirá respostas flexíveis e ajustadas no tempo, onde a percepção da situação é partilhada por todos, garantindo uma vantagem competitiva em relação ao adversário.

Pelo Capitão de Infantaria
NUNO ROSÁRIO

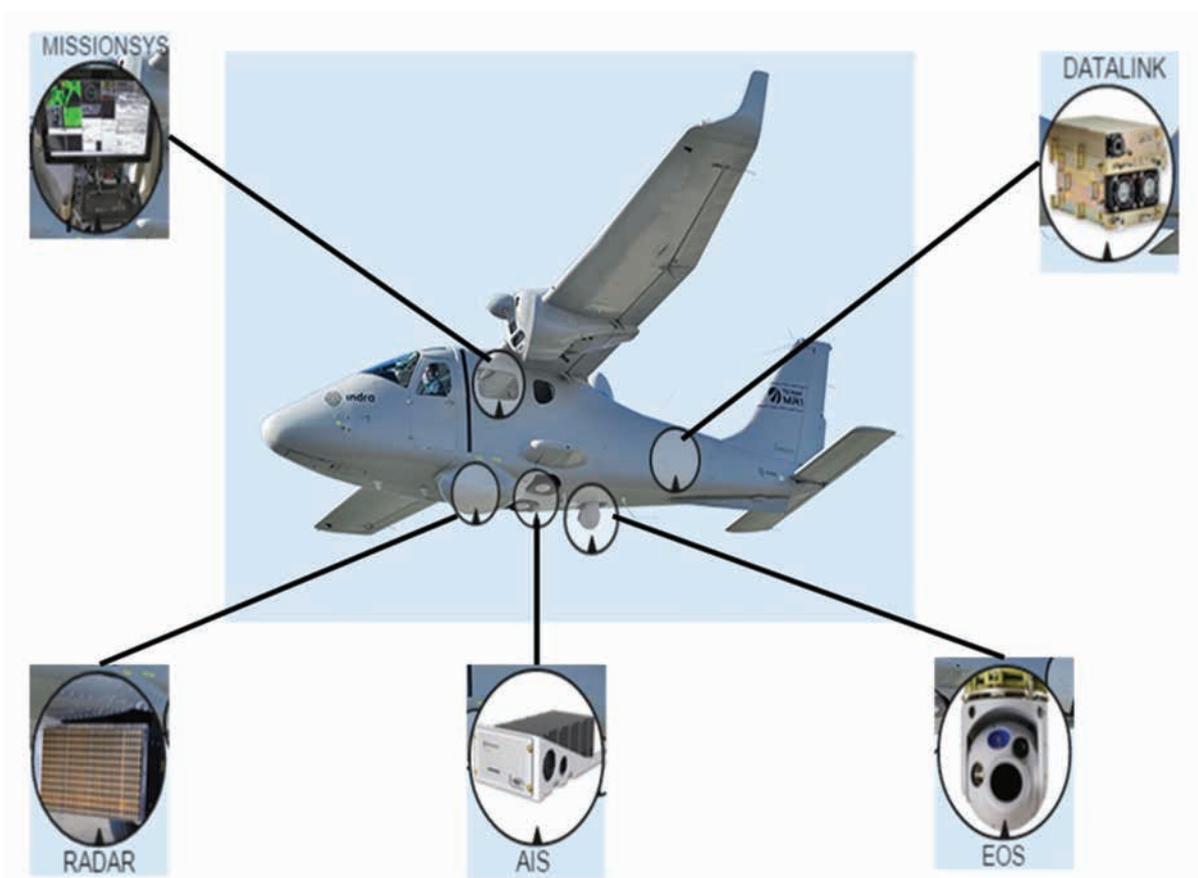


Fonte: : Alberts & Hayes (2003, p. 109)

Bibliografia

- Alberts, D., Garstka, J., Hayes, R. and Signori, D. (2001) *Understanding Information Age Warfare*, CCRP Publications Series.
Alberts, D. and Hayes, R. (2003) *Power to the Edge*, CCRP Publications Series.
Alberts, D. and Hayes, R. (2006) *Understanding Command and Control*, CCRP Publications Series.
Boyd, J.(1987) *Organic Design for Command and Control*, Retrieved Jan 30, 2009, from <http://www.d-n-i.net/boyd/pdf/c&c.pdf>

Vigilância aérea por meios tripulados e não tripulados



Sistemas incorporados LMPA

O projeto *Light Maritime Patrol Aircraft* (LMPA) enquadra-se no âmbito do plano de fundos europeus (H2020) para a vigilância da fronteira externa europeia. Trata-se de um projeto comum entre Portugal e Espanha, para aquisição de horas de voo de cobertura das áreas vizinhas na fronteira externa marítima europeia, em que os utilizadores finais são a Guarda Nacional Republicana e a *Guardia Civil*, enquanto gestoras dos sistemas de vigilância costeira dos respetivos países.

Como o próprio nome indica, o projeto LMPA pretende desenvolver uma aeronave para vigilância e patrulhamento com natureza *low cost*, cujas principais características serão o peso reduzido, a ca-

pacidade de ser operada por uma ou duas pessoas a bordo (piloto e operador do sistema), uma autonomia de operação mínima de seis horas de voo e a capacidade de ser empenhada em condições de luminosidade reduzida (ambiente noturno). Os equipamentos de vigilância que integrarão a aeronave permitirão a recolha e transmissão de informação desde a sua localização, ao largo da costa, para uma estação de controlo em terra (*ground control station*), e a partir daí, partilhar dados operacionais entre os Centros Nacionais de Coordenação (NCCs) EUROSUR, contribuindo com informação situacional para o quadro nacional (*National Situational Picture*).

PELA LEI E PELA GREI

Pretende-se, desta forma, adquirir informação de vigilância marítima e, assim, ampliar a área coberta pelos sistemas de vigilância de costa SIVICC (Portugal) e SIVE (Espanha). O facto de ser um projeto conjunto, visa possibilitar a atuação numa área contígua aos dois países, abrangendo espaços para além da zona coberta pelos respetivos sistemas de vigilância.

O projeto LMPA tem como objetivo a melhoria da vigilância marítima, contribuindo de forma significativa para o controlo da imigração irregular pela via marítima, permitindo melhorar o tempo de reação na interceção preventiva de embarcações e consequentemente, reduzir a perda de vidas no mar. Contribui, de igual modo, para o aumento da capacidade de deteção e de interceção das embarcações utilizadas no tráfico de droga, para a prevenção da criminalidade transfronteiriça e ainda, para a proteção do meio ambiente marítimo, prevenindo a poluição em alto mar.

Ao nível da investigação e desenvolvimento, pretende-se também avaliar a viabilidade de utilização dos sistemas de aeronaves remotamente pilotados de longo alcance, na vigilância de fronteiras terrestres e marítimas. Considera-se este desafio de par-

ticular importância, pela constante procura de melhoria das taxas de sucesso da busca e salvamento. Para esse efeito, os sistemas de aeronaves remotamente pilotados, objeto de investigação e desenvolvimento, são incluídos nas atividades operacionais de vigilância de fronteiras, em ambiente real.

No âmbito do EUROSUR, um dos futuros objetivos operacionais considerados fundamentais é a investigação e desenvolvimento no domínio do aperfeiçoamento dos instrumentos e sensores de vigilância (como satélites e veículos aéreos não tripulados/UAV, LMPA, etc.) e na criação de uma aplicação comum de instrumentos de vigilância. Neste sentido, todos os desenvolvimentos a realizar nesta área estarão intimamente ligados à evolução do EUROSUR e do SIVICC, através da implementação da sua componente aérea, a qual pretende estar em linha com o modelo de vigilância integrada das fronteiras externas marítimas, nomeadamente, na deteção antecipada das ameaças, enquanto ferramentas de *early warning*.

Pelo Capitão de Infantaria

PAULO GOMES

